



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

MURILO JACQUES BARBOSA

**A EXPLORAÇÃO DO MINÉRIO DE FERRO COMO EIXO DA TRÍADE DE
INVESTIMENTOS EXTERNOS NA BAHIA**

Salvador
2018

MURILO JACQUES BARBOSA

**A EXPLORAÇÃO DO MINÉRIO DE FERRO COMO EIXO DA TRÍADE DE
INVESTIMENTOS EXTERNOS NA BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, da Universidade Salvador Unifacs, Laureate International Universities como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Rodrigues Araújo.

Salvador
2018

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities.

Barbosa, Murilo Jacques

A exploração do minério de ferro como eixo da tríade de investimentos externos na Bahia. / Murilo Jacques Barbosa. Salvador: UNIFACS, 2018.

100 f. : il.

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Rodrigues Araújo.

1. Minério de ferro - Bahia. 2. Relações Internacionais. 3. China. I. Araújo, Paulo Sérgio Rodrigues, orient. II. Título.

CDD: 553.5

MURILO JACQUES BARBOSA

A EXPLORAÇÃO DO MINÉRIO DE FERRO COMO EIXO DA TRÍADE DE
INVESTIMENTOS EXTERNOS NA BAHIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities pela seguinte banca examinadora:

Paulo Sérgio Rodrigues Araújo – Orientador _____
Doutor em Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP)
Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities

Fernando Cardoso Pedrão _____
Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities

Salvador, julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

A oportunidade de aprimorar o desenvolvimento intelectual e conseqüentemente pessoal, através de um Programa de Mestrado, é uma experiência única e gratificante. Percalços ficam para trás e ficam as coisas boas e o grande aprendizado ao longo do caminho. É certo que este caminho não acaba por aqui e as perspectivas agora são muito mais amplas e claras do que eram antes. A gratidão não deve nunca ficar de lado em momento algum de nossas vidas, e nesta jornada devo prestá-la a muitas pessoas. Primeiramente, minha família nas pessoas da minha amada esposa Adriana, minha filha Laís, minha mãe Cristina, meu irmão André e meu pai, lá do céu, que me incentivaram na decisão de recomeçar os estudos que eu tanto queria, depois de 8 anos parado, e que sempre adia. Não posso esquecer meu avô Murillo, que merece destaque especial aqui, pois foi a pessoa que mais me incentivou na vida, junto com minha avó Basinha, a sempre buscar a excelência nos estudos e na vida. Amor é apenas uma palavra que tenta resumir tudo que minha família representa para mim. E como uma palavra nunca tem a capacidade de absorver exatamente todos os sentimentos, essa é a mais próxima que há. Amor.

O sentimento de gratidão se replica a uma grande pessoa que me acolheu no seu ambiente de forma carinhosa (do jeito dele) e atenciosa e que, com maestria, conseguiu reverter minha inércia temporal nos estudos em uma avalanche de ensinamentos e conhecimentos que me tornaram um pesquisador inquieto e cada vez mais sedento por novos rumos intelectuais. Essa pessoa é o prof. Fernando Pedrão ao qual também não tenho palavras para demonstrar o apreço que tenho e o quanto sou grato. Em paralelo agradeço também ao orientador Prof. Paulo Araújo que esteve ao meu lado desde a angústia do primeiro dia de aula, ainda como aluno especial, e em absolutamente todos os momentos ao longo do percurso, sempre me apoiando quando eu precisei. Também ao professor José Euclimar Menezes, que apesar do pouco tempo de convivência, percebemos uma afinidade acadêmica e intelectual que tende a dar continuidade no futuro.

Por último e não menos importante, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs, à então Coordenadora do Curso Prof. Carolina Spínola, à incansável e sempre atenciosa Francisca Gilsa Batista, ao Prof. Laumar Neves que muito me apoiou no início do curso e aos meus colegas de Mestrado que são parte integrante e importante neste caminho.

O meu muito obrigado a todos! A jornada continua...

RESUMO

A crise econômica instalada no Brasil após 2014 transformou o período de bonança em grande desespero para o governo com a redução drástica da atividade industrial, do consumo e, conseqüentemente dos índices de desemprego. Na Bahia, os investimentos federais cessaram e muitos projetos ficaram parados, impactando também na concretização de protocolos de investimentos assinados com o capital privado estrangeiro. Neste cenário, será tratada a estratégia de atratividade quanto a entrada de capital externo na Bahia, essencialmente de empresas privadas chinesas, com o intuito de financiar os projetos de desenvolvimento local, focando na chamada “tríade” de investimentos que engloba a exploração do minério de ferro como eixo central, a Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e o Porto Sul, em Ilhéus.

Palavras-chaves: Minério de ferro. Relações Internacionais. China. Bahia. FIOL. Porto Sul.

ABSTRACT

The Economic crisis emerged in Brazil after 2014 has transformed the bonanza period into a despair for government with drastic reduction of industrial output and consumption, and higher unemployment rates. In Bahia, federal investments have ceased, and many projects have stopped with impacts in protocols that have been signed with foreign investors. In this scenario, the attractiveness strategy regarding the entrance of external capital in Bahia will be addressed, essentially from Chinese companies, with the intent to finance local development projects, focusing the called “investment triad” which includes iron ore exploits as the main axis, West-East railroad (FIOL) and the South Port of Bahia.

Keywords: Iron ore. International Relations. China. Bahia. FIOL. South Port.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produção mundial de aço bruto por ano (em milhões de toneladas)	53
Figura 2 - Evolução do preço de minério de ferro em us\$/dmt (1980-2015).....	56
Figura 3 - Corrente de comércio Brasil – China entre 2004 e 2014 (us\$ milhões).....	63
Figura 4 - Ações internacionais com o continente asiático por país (2007 a 2014).....	68
Figura 5 - % dos protocolos de investimentos por setor de atividade	69
Figura 6 - Fluxo de emprego por setor de atividade econômica. Bahia. fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015	74
Figura 7 - Minas de ferro, ferrovia e porto	79
Figura 8 - Projetos de ferrovias no Brasil.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Top 5 da produção de aço mundial em 2016.....	54
Tabela 2 - Pauta de exportação – 2013 x 2014.....	64
Tabela 3 - Produto interno bruto por atividade econômica, Bahia (2002 a 2015)	71
Tabela 4 - Evolução do emprego segundo nível setorial. Bahia, Salvador e região metropolitana (rms), fevereiro de 2015	73
Tabela 5 - Totalidade dos recursos do bloco iii – bloco ferrífero.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS

BAMIN	Bahia Mineração
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão para a América Latina e o Caribe
ENRC	Eurasian Natural Resources Corporation
EUA	Estados Unidos da América
FIEB	Federação das Indústrias da Bahia
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste Leste
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RI	Relações Internacionais
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SERINTER	Secretaria de Relações Internacionais do Estado da Bahia
SINDIMIBA	Sindicato da Indústria de Mineração da Bahia
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção
SPE	Sociedade de Propósito Específico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA	16
1 ANTECEDENTES POLÍTICOS INSTITUCIONAIS	18
1.1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA	18
1.2 CONSOLIDAÇÃO DA IDEIA DE ESTADO	20
1.2.1 Pensamento Renascentista Liberal	21
1.2.2 Nação e Nacionalismo	24
1.2.3 Teoria Materialista do Estado	27
1.3 PILARES TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	31
1.3.1 Realismo	31
1.3.2 Pluralismo: o liberalismo das relações internacionais	33
2 DESENVOLVIMENTO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: A REALIDADE PERIFÉRICA ALÉM DA VISÃO EUROCÊNTRICA	36
2.1 ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL	41
2.2 O DESENVOLVIMENTO ALÉM DA VISÃO ECONOMICISTA	42
2.3 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA	45
3 A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E AS NOVAS VIAS DE DESENVOLVIMENTO DO MINÉRIO DE FERRO E DA SIDERÚRGIA	49
3.1 A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	49
3.1.1 A Revolução do Aço	50
3.1.2 Mercado Mundial do Aço	53
3.2 O MINÉRIO DE FERRO.....	55
3.2.1 O Mercado mundial de minério de ferro	56
3.2.2 O Minério de Ferro no Brasil	57
3.2.3 Investidas estrangeiras no minério de ferro brasileiro	59
3.6 O SOFT POWER E O NEOCOLONIALISMO CHINÊS.....	60
3.3 OS BRICS E O AVANÇO CHINÊS NO BRASIL	62
3.3.1 Comércio Bilateral China x Brasil	63
4 A REALIDADE ECONÔMICA DA BAHIA: DA BONANÇA AO DESESPERO	65
4.1 PERÍODO ENTRE 2007-2014: BAHIA, O NOVO <i>EL DORADO</i>	66
4.1.1 Estrutura Internacional do Governo da Bahia	66
4.1.2 Principais parceiros	67

4.3 2015-2017: RECESSÃO, PARALISIA DE PROJETOS E A BUSCA DE SOCORRO EXTERNO	75
5 A “TRÍADE” DE INVESTIMENTOS EXTERNOS NA BAHIA	78
5.1 O MINÉRIO DE FERRO DE CAETITÉ/BA.....	78
5.2 FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE (FIOL).....	82
5.3 PORTO SUL.....	84
5.4 SITUAÇÃO DOS PROJETOS EM 2017.....	84
6 CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A – O AÇO CARBONO	97
APÊNDICE B – A VALE E A RESERVA DOS CARAJÁS.	99

INTRODUÇÃO

A contradição entre os requisitos estratégicos de uma política de desenvolvimento nacional e os interesses do capital financeiro originário das potências dominantes no cenário das disputas mundiais de poder sempre se configuraram como um grande desafio para os países periféricos no estabelecimento de suas políticas públicas, que estejam aliadas aos reais interesses da sociedade local. Esta cisão entre a lógica interna do desenvolvimento e as práticas do capital mundializado geram conflitos através de movimentos de disputas que envolvem a dialética entre a manutenção da autonomia nacional e do controle de recursos estratégicos em um ambiente soberano contra a força impositiva de quem possui os recursos financeiros e, naturalmente, pleiteia ditar as regras e conseguir seus objetivos na totalidade.

O estado da Bahia vive uma situação característica em que há um risco de que tais disputas mundiais de poder direcionem a condução de suas estratégias de políticas públicas devido à urgência em lidar com as turbulências políticas e econômicas que se estabeleceram no contexto da economia brasileira nos últimos anos. Como estratégia de governo, a entrada de capitais de fundos de investimentos estrangeiros vem se configurando como parte integrante e fundamental das políticas governamentais adotadas pelo Estado, entre 2007 e 2015, de acordo com informações cedidas pelo próprio governo através de documento do seu gabinete internacional¹.

Neste sentido, destaca-se o amplo interesse de empresas privadas globais, mais particularmente da China, as quais conduziram uma série ações junto ao governo do estado com intenções de aporte de capitais em absolutamente todos os setores estratégicos na região, como infraestrutura, agricultura, energia e mineração; alguns já foram efetivamente realizados, como os parques eólicos e a exploração de soja no oeste baiano, e outros em vias de implantação como a exploração de minério de ferro e a retomada de obras da Ferrovia de Integração Oeste Leste e do Porto Sul, em Ilhéus.

Investimentos externos em setores-chave despertam a curiosidade em relação as reais características deste processo, no tocante à forma de como estas negociações estão sendo conduzidas entre os setores público e o privado, gerando assim o interesse em relação a tais características de negociação e das ações vindouras na condução destes processos, tanto nos projetos de exploração de recursos naturais como na disposição das empresas privadas em assumir o controle de operações estratégicas de infraestruturas logísticas locais. Além disto,

¹ Governo da Bahia, 2015.

torna-se importante investigar os direcionamentos estratégicos relacionados a outros setores da economia regional, dentre eles a indústria, que foi e ainda é o grande motor da economia mundial, se configurando como um grande dilema no contexto não só brasileiro, mas no âmbito periférico em que se posiciona a América Latina historicamente.

Especificamente no quesito da exploração estrangeira de recursos naturais do Brasil, esta não se caracteriza absolutamente como um fato novo, uma vez que desde o início de sua História o processo extrativista se estabeleceu como o motor da atividade econômica, característica esta que chegou até o século XX sendo denominada como modelo primário exportador, em que as próprias elites nacionais se contentavam em se enquadrar neste papel já que se adequava aos seus interesses de lucratividade com menor esforço possível, aliados assim diretamente às elites burguesas dos países dominantes. Após um breve período de cerca de vinte anos entre as décadas de 1940 e 1960, com o advento de ideias em prol do desenvolvimento essencialmente nacional no contexto latino-americano sem submissão ao capital industrial dos países dominantes, as novas composições cíclicas do capitalismo resgataram o modelo exportador primário no Brasil e relegaram o país novamente à vocação de fornecedor de insumos primários para os países desenvolvidos.

Após um momento de resistência conjunta de economistas e intelectuais latino-americanos, entre as décadas de 40 e 60 do século XX, que buscaram uma quebra deste paradigma criado pela divisão internacional do trabalho no qual a América Latina, periférica, tinha o papel de suprimir as grandes economias do mundo com alimentos e recursos naturais, volta-se à discussão sobre o papel que o Brasil exerce dentro de uma nova economia global que vem se estabelecendo no século XXI.

Centro do império português por mais de trezentos anos, a Bahia sempre esteve no foco da exploração mineral e agrícola. Sua economia essencialmente agrária foi conduzida pela metrópole com grande incentivo à propriedade privada e à formação de elites ligadas à metrópole e que fossem as condutoras dos interesses políticos e econômicos em terras baianas; elite esta que se desenvolveu ao longo do tempo e que manteve as características dos auto privilégios e da conexão estreita com o Estado para o atendimento dos interesses de sua classe. O interior do estado, apesar da grande fartura de recursos naturais, sempre foi relegado a segundo plano, com breves momentos em que foi protagonista, como no período cacauero na primeira metade do século XX, por exemplo. Quando efetivamente o processo industrial chegou à região metropolitana de Salvador, ao final da década de 1960, decretando o sepultamento da bonança cacauera no sul da Bahia, as elites, mais uma seguiram o fluxo do capital e

concentraram seus esforços para participar, enfim, dos direcionamentos de urbanização de Salvador, mantendo o descaso com interior do estado.

Perante este quadro, este estudo tem como objetivo portanto, descrever situacionalmente a estratégia de atratividade quanto a entrada de capitais externos na Bahia, para financiar projetos para o desenvolvimento local, com foco essencialmente nas investidas externas chinesas que abrangem a aqui denominada “tríade” de investimentos, composta pela exploração do minério de ferro do sudoeste baiano, o objeto central desta tríade, aliado a Ferrovia de Integração Oeste Leste e o Porto Sul.

Na sua condução, foi importante desenvolver inicialmente uma base teórica que explica, através de referências históricas, as formas de soberania ao longo dos séculos desde a sua concepção conceitual até a sua apropriação pelos Estados nacionais chegando às principais teorias clássicas do Estado, aliadas ao processo de evolução da sociedade moderna. A partir desta base unitária do Estado naturalmente chega-se ao desenvolvimento das teorias das Relações Internacionais (RI) no século XX, que buscam a explicação das questões de disputas hegemônicas através de métodos empíricos e do estudo dos processos históricos a partir da formação do Estado soberano, funcionando como ferramenta essencial para a interpretação das disputas de poder e para a construção dos novos cenários de competição global que se estabelecem atualmente. Além das teorias clássicas das RI, segue-se no segundo capítulo, a importante relação histórica entre as potências e os países periféricos e como uma economia global vem impactando as relações centro-periferia ao longo da economia capitalista, nestas regiões, tendo foco básico na ideia de desenvolvimento, sua importância não apenas como teoria econômica mas, principalmente, como um quesito social. Para tanto, é de fundamental relevância resgatar as teorias de desenvolvimento latino-americanas, como a teoria da dependência abordada pela CEPAL (Comissão para América Latina e Caribe), com grande relevância neste estudo.

Em conexão com o segundo capítulo, porém abordando um caráter mais específico do estudo em si, o capítulo três desenvolverá a questão oligopólica do mercado de aço e de minério de ferro, advento da segunda revolução industrial na transição do século XIX para o século XX. Neste contexto, ter posse de recursos naturais tem caráter essencial para fortalecimento dos interesses de corporações e de países e é através das commodities que essa disputa geopolítica se intensifica. O minério de ferro, por sua vez, desperta interesse internacional por ser insumo básico para a produção do aço, relevante na estratégia das disputas geoeconômicas não só na atualidade, mas ao longo de todo o século XX, com a já referida segunda revolução industrial que dinamizou os transportes, estruturou as cidades e foi essencial nos períodos pós-guerras do

referido século. Assim, as grandes corporações siderúrgicas sempre conseguiram direcionar as políticas externas dos países dominantes na ordem mundial, o que torna a posse das reservas de minério de ferro estratégica para a condução de qualquer projeto hegemônico.

Atingindo o cerne do problema desta dissertação, o capítulo quatro detalhará os dois ambientes econômicos entre os anos de 2007 e 2014, e posteriormente até 2017, sendo o primeiro de grande atividade econômica e bonança de projetos e verbas públicas disponíveis para obras de infraestrutura de grande porte, e o segundo de crise e recessão, no qual a capacidade do Estado é desafiada para que este crie soluções que produzam uma retomada da economia e dos níveis de emprego.

No capítulo cinco, o objetivo converge para o problema específico destacado neste estudo, no qual os investimentos estrangeiros passam a fazer parte das estratégias de desenvolvimento local na Bahia, sendo a exploração de recursos naturais, mais especificamente o minério de ferro do sudoeste baiano, o alvo central dos financiamentos, destacando o projeto Pedra de Ferro que engloba a BAMIN e detalhando as obras de infraestrutura ao seu redor, como a Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e o Porto Sul em Ilhéus. Recursos de entrevistas foram utilizados com o intuito de enriquecer a análise, na busca de uma melhor compreensão do papel do Governo nestas investidas estrangeiras em território baiano, destacando as opiniões da Secretaria de Relações Internacionais do Estado da Bahia (SERINTER), e de setores relevantes dentro de tais conduções estratégicas no estado, como a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e o Sindicato da Indústria da Mineração da Bahia (SINDIMIBA).

METODOLOGIA

Nesta dissertação adotou-se a estratégia metodológica empírico/analítica, se configurando numa análise essencialmente qualitativa, conforme Sampieri et al. (2013, p. 376) descreveu em sendo para “[...] compreender e aprofundar os fenômenos que são explorados a partir da perspectiva dos participantes em um ambiente natural em relação ao contexto”.

Buscou-se realizar uma análise situacional contemporânea na perspectiva da estratégia de governança adotada pelos governos vigentes (2007-2017), na condição da reeleição do pleito atual (2019-2022), com foco nas estratégias de atratividade quanto a entrada de capital externo na Bahia para financiar projetos de desenvolvimento local, tendo como objeto a tríade de exploração do minério de ferro no Sudoeste baiano, a Ferrovia de Integração Oeste Leste e o Porto Sul em Ilhéus/BA Desta forma, sendo procedidas as seguintes análises:

- a) **dados secundários** referentes ao período entre 2007 e 2017, tendo como banco de dados públicos e setoriais de acesso público, dentre eles IBGE, SINDUSCON, Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Além deles, consultado dados secundários relacionados ao mercado mundial de minério de ferro, principalmente relacionados a evolução do preço da referida commodity, tendo como fonte o veículo de comunicação setorial *Wordsteel* como sendo o mais relevante, atendendo ao objetivo específico de descrever a importância do minério de ferro como eixo central dos projetos internacionais na Bahia;
- b) **documental**, averiguando-se o relatório setorial com acesso público cedido pelo Governo da Bahia, porém restrito à distribuição através do Gabinete de Relações Internacionais da Bahia e que se refere ao período entre 2007 e 2014, suprimindo o objetivo específico de relacionar estratégias de políticas externas nacionais às investidas de capital na Bahia;
- c) **conteúdo das entrevistas**, sendo elencados como protagonistas pessoas-chave quanto ao direcionamento estratégico estrutural da economia baiana, como o superintendente da Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), a Assistente de Relações Internacionais do Estado da Bahia e o presidente do Sindicato de Mineração da Bahia, sendo realizadas no ano de 2017 nas respectivas entidades citadas. O conteúdo das entrevistas foi gravado com autorização prévia, posteriormente digitado e extraídas as principais informações, suprimindo o objetivo específico de compreender as diversas visões setoriais de atores da economia baiana – indústria, Governo e setor mineral.

Após descrita a sistemática de organização, os dados foram dispostos de acordo com a condução das análises setoriais e de acordo com a realidade do contexto abordado, como suporte aos resultados e discussões, que por sua vez serviram de lastro as considerações e percepções quanto aos objetivos, hipóteses e foco da dissertação, salvo melhor entendimento.

1 ANTECEDENTES POLÍTICOS INSTITUCIONAIS.

1.1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA

Dentre todas as discussões que se estabelecem no âmbito da comunidade internacional, a questão da soberania dos Estados e sua respectiva legitimidade está entre as mais relevantes. O fenômeno da globalização financeira colocou em xeque a autonomia estatal, questionando suas condições práticas de controle sobre a mobilidade do capital privado e gerando impacto nos rumos socioeconômicos ao redor do mundo. Antes de analisar o contexto atual do condicionamento do Estado em relação ao capital, é necessário entender a origem do conceito de soberania para uma melhor percepção de como este se desenvolveu ao longo da história, verificando suas diferenças e semelhanças com o conceito de soberania nos dias de hoje.

A questão da soberania é um conceito basicamente ocidental e sua etimologia tem origem do francês *souvera* e do italiano *soprano*, ambos originários do latim *superaneus*, que define a “qualidade do soberano”; daquele que tem supremacia ou que está em posição de superioridade em relação a outros” (MAGALHÃES, 2016). Tal compreensão intelectual da sua etimológica iniciou-se ainda no período medieval, com a busca de um melhor entendimento do seu significado e o uso mais adequado do termo.

Assim, o termo se configura inicialmente pela relação direta à soberania de um indivíduo, mas não um indivíduo qualquer, mas aquele que transcende o plano material: um Deus todo poderoso, personificado, que é soberano sobre todas as pessoas e todas as coisas existentes. Logo, surgiu na teologia medieval apoiado pela personificação do soberano na Bíblia, que ao longo dos anos vai sendo transformada através do processo de secularização, passando a ter um caráter mais político que religioso.

Senhores feudais e reis compartilhavam entre si um poder soberano junto à Igreja com seus papas e sacerdotes. Esta “dualidade” do poder espiritual e secular se estabelecia seguindo preceitos religiosos, já que após a vinda de Cristo nenhum homem poderia exercer ao mesmo tempo a figura de rei e de sacerdote (MAGALHÃES, 2016). Em contrapartida, o termo soberania, no sentido da sua relação com o caráter religioso e exclusivo de um “indivíduo” com plenos e irrestritos poderes, conforme supracitado, começa a se perder; perda esta que identificaremos ao longo de toda a evolução na história e principalmente através das mudanças nas formas e nas estruturas da sociedade, com o progressivo aumento da relação entre o viés político e o viés jurídico. A separação entre Igreja e Estado começa a ser amparada por novas

doutrinas surgidas entre o século XVI e XVIII, assim como a formatação teórica de um poder supremo e unificado do Estado, como sugere Maquiavel.

O conceito de soberania ganha novos contornos com Jean Bodin e os seus 6 livros da República, em 1576, que populariza tal conceito dando-o um caráter centralizador do poder real, não vassalo, com o sentido de poder perpétuo e absoluto (MAGALHÃES, 2016). Assim, aquilo que na Idade Média chamou-se de *souverain* (ou superior, *suprême*) somente poderá impor-se soberanamente – no sentido moderno da palavra – a partir do séc. XVI, quando passa a existir um aparato político autônomo e unitário capaz de concentrar o poder com exclusividade em um território, em uma jurisdição e com legislação definida. Uma nova realidade então se configura: a concentração do poder é requisito fundamental para a manutenção de uma soberania, que agora deve ser conquistada e mantida dentro de um espaço e não mais dominado em conjunto por reis e senhores feudais, excluindo-se também da influência religiosa, que também começa a sofrer uma progressiva perda de relevância. Norberto Bobbio (1992, p.126) define o novo caráter da soberania no período imediatamente anterior à transição do modelo feudal, conforme segue:

Sendo a força o meio mais decisivo para exercer a dominação do homem sobre o homem, aquele que detivesse o uso desse meio em detrimento de todos os demais, nos limites de suas fronteiras, é aquele que, no seio destas fronteiras, deteria a soberania entendida como *summa potestas*, o poder supremo.

É a Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648) e o seu fim através dos tratados de paz de Westphalia, em 1648, que resultam no marco transitório entre o período medieval e o período moderno nas Relações Internacionais. Não que os tratados de Westphalia tenham sido os responsáveis pela concepção e formalização do Estado moderno, exatamente como ele é hoje, que só nasceria quase um século depois, mas foram fundamentais para a elaboração do primeiro esboço do sistema estatocêntrico internacional², no qual os Estados seriam agora soberanos dentro de suas fronteiras, também aceitando a soberania interna dos demais, passando a aceitar e as regras construídas de comum acordo entre os Estados para manutenção da paz.

² “Sistema internacional criado e reconhecido após o Tratado de Westphalia de 1648 que tem no Estado nacional com sua *summa potestas* a base fundamental de engrenagens endógenas e exógenas internacionais. Sistema de uniformização estatal e de prevalência de seus institutos soberanos.” (CASTRO, 2012, p.76).

1.2 CONSOLIDAÇÃO DA IDEIA DE ESTADO

A transição histórica do sistema estatal absolutista para o Estado-Nação veio através de uma concepção idealista que moveu a engrenagem para a construção da sociedade moderna, alterando os paradigmas sobre o papel e a representatividade do indivíduo no contexto social e político. Dentro da perspectiva atual, pode-se considerar a definição como “um território dotado de fronteiras e contornos distintos, com uma população permanente, sob a jurisdição de um governo supremo e constitucionalmente separado de todos os governos estrangeiros” (JACKSON; SORENSEN, 2013, p.22). Mas até chegar a esta condição atual, o Estado passou por uma série de mutações até ter finalmente o seu caráter soberano definido.

As garantias das liberdades individuais e consolidação do Estado de Direito passam a efetivamente se consolidar a partir da Revolução Francesa, com a valorização dos direitos humanos fundamentais e garantia da propriedade privada ao cidadão comum. A explosão das ideias liberais estimula uma nova reflexão quanto ao papel do Estado na garantia da soberania interna e gera uma ampla modificação nas relações deste com o indivíduo. Mesmo após uma certa consolidação desta nova concepção liberal, os direitos dos cidadãos ainda passaram por episódios em que governos autoritários infringiam os recém-definidos direitos básicos, gerando nova necessidade de ajustes para conter as frequentes revoltas populares.

Resgatando a evolução histórica conceitual e que determinou a estruturação da formação do Estado, é imprescindível nos guiarmos inicialmente pela abordagem concebida por Nicolau Maquiavel. Sua mais proeminente obra, “O Príncipe” (MAQUIAVEL, 2007), expôs uma nova estrutura que começava a se consolidar na Europa do século XVI, baseada em um aparato de dominação através de um novo poder em relação aos homens, poder este que não estava mais focado no quesito territorial (GRUPPI, 1996). O cenário para as reflexões de Maquiavel era uma Itália totalmente desintegrada em pequenos Estados e com riscos de ser invadida pela França. Só o Príncipe conseguiria reverter esta situação e fazer da Itália um Estado unitário. Apesar da notoriedade que dá à figura do Príncipe, Maquiavel era segundo Gruppi (1996), um republicano e democrata com fortes influências adquiridas da realidade da República de Florença; por consequência, ele acreditava que ninguém era mais sábio que o povo, nem o “seu” Príncipe. Tais teorizações abrem caminho para os novos rumos e pensamentos renascentistas e, posteriormente os liberais, que se espalharam pelo ocidente ao longo dos séculos subsequentes, e que afetaram decisivamente os rumos da sociedade até o que ocorre atualmente hoje.

1.2.1 Pensamento Renascentista Liberal

O início do pensamento liberal destaca-se pelo questionamento das estruturas até então imutáveis, de um poder absoluto e soberano do monarca. Apesar da diminuição da relevância da Igreja em relação ao período feudal, a imagem do rei ainda estava diretamente ligada ao poder pela vontade divina, uma vez que a sua exclusividade do poder soberano se explicaria pela intervenção de Deus, que o designou para ser o todo-poderoso na Terra. As contribuições de Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foram decisivas para uma mudança no *status quo* social e político e reformularam decisivamente a estrutura do Estado. Suas ideias, apesar de divergentes, focam na essência humana e na vida em sociedade, dando relevância às necessidades e à vontade dos indivíduos já que consideram que estes são os que realmente conduzem os direcionamentos políticos e jurídicos do Estado.

Para Matias (2014), o primeiro pensador a focar seus estudos no Estado foi Thomas Hobbes, que apesar de não ser um liberal na essência, uma vez que defendia um poder absoluto, iniciou as discussões sobre a necessidade de uma estrutura central que possibilitaria a manutenção do bem-estar social. Seu campo de estudo inicial foi a análise do estado de natureza humano, admitindo que as pessoas não nasciam altruístas, mas, pelo contrário, teriam uma natureza essencialmente egoísta. A partir do desenvolvimento desta ideia, Hobbes passou a buscar uma resposta racional para explicar a existência de um poder absoluto no Estado, defendendo a ideia que este seria o grande intermediador dos conflitos entre os indivíduos. O próprio trecho do capítulo XVII, do *Leviatã* (HOBBS, 2014, p.138), “das causas, da geração e da definição de um Estado” constatou que:

A causa final, fim ou desígnio dos homens (que apreciam naturalmente, a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir a restrição a si mesmos que os leva a viver em Estados, é a preocupação com sua própria conservação e a garantia de uma vida mais feliz. Ou seja, a vontade de abandonar a mísera condição de guerra, consequência necessária (conforme dito anteriormente) das paixões naturais dos homens, se não houver um poder visível, que os mantenha em atitude de respeito, forçando-os, por temor de punição, a cumprir seus pactos e a observar as leis naturais. [...]

O Estado seria um Leviatã³ que controlaria a voracidade do homem perante os outros homens; uma forma de evitar o estado de natureza do homem como lobo do próprio homem. Assim, os indivíduos fazem entre si uma espécie de pacto de submissão no qual aceitam ceder sua liberdade em troca de segurança e da coexistência pacífica oferecidas pelo Estado (MATIAS, 2014). Hobbes (2014) também destaca que é importante que esse pacto não aconteça apenas por parte ou setor da sociedade; quanto mais adesão, maior a garantia das condições de segurança oferecidas pelo Estado.

Em sequência cronológica, John Locke traz uma abordagem que desconsidera o foco apenas no estado de natureza humano, já que considerava tal análise hobbesiana apenas como um aparato teórico para uma análise contextual. A partir do momento em que passa a viver em comunidade e a sociedade evolui ao longo da história, surge uma demanda, partindo do indivíduo, de uma interação coletiva para o estabelecimento de um contrato social que estabeleça regras e leis para o convívio pacífico. O contrato social de Locke funciona como um “pacto de consentimento em que os homens buscam consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente”, possibilitando assim a proteção legal dos direitos dos cidadãos pelo Estado, afastando a ideia de um impiedoso Estado Leviatã (MATIAS, 2014).

Com certas semelhanças ao pensamento de Locke, Jean Jacques Rousseau também parte da ideia da existência de um contrato social, entretanto julga que o estado primitivo não passa de uma das possíveis hipóteses explicativas; partia do pressuposto que o estado de natureza do homem era um estado de paz em sua essência, visto que o estado natural seria o isolamento dos homens, fruto de sua tendência natural de individualismo. A evolução da sociedade e crescimento da população teriam forçado o homem a viver em comunidades, tanto pela necessidade de segurança como de subsistência. O caráter individualista do homem não foi substituído e os conflitos de interesse surgiram e se ampliaram, gerando a necessidade de se pactuar o contrato social. O homem assim realiza uma transição do *status* de indivíduo para o de cidadão:

³ Analogia feita ao monstro aquático descrito na Bíblia (Jó 41.1-34) e que representava um poder na Terra contrário à vontade divina.

A transição do estado natural ao civil produz no homem mudança notável, substituindo em sua conduta a justiça do instinto e dando aos seus atos a moralidade de que antes careciam. Somente então, substituindo a voz do dever ao impulso físico ao direito do apetite, o homem que, até tal ponto, não observava senão a si mesmo, vê-se obrigado a agir tendo em conta outros princípios e a consultar sua razão antes de atender a caprichos. (ROUSSEAU, 2016, p.31-32).

O indivíduo transcende assim a um papel de protagonismo no contexto social e passa a ter relevância na construção dos seus próprios direitos e deveres, sendo ele agora o autor das leis. Ao contrário do que Locke admitia, que a vontade do indivíduo é que constituiria o contrato social, a vontade geral era o grande embrião deste contrato. Contudo, Rousseau (2014, p.34) ponderou que há uma troca para possibilitar a efetivação e a viabilidade do contrato social na prática: “o que o homem perde pelo contrato social é a sua liberdade natural e um direito ilimitado a tudo o que lhe diz respeito e pode alcançar. O que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de o tudo que possui”.

As ideias renascentistas e liberais se espalharam pelo ocidente e foram determinantes para a consolidação e definição dos moldes da estrutura do Estado moderno, nos moldes em que existe hoje. Moreira (1997) afirmou que o Estado moderno é um fenômeno do Renascimento e é uma consequência da gradual sedentarização dos grupos sociais. Mas, partindo de uma visão mais objetiva, o que seria exatamente o Estado? Qual seria a forma de se representar, na prática, o papel do Estado e a sua gerência perante um território e um indivíduo? E como um Estado é reconhecido e diferenciado em relação a outras instituições estatais e outras organizações sociais? Tais perguntas não têm uma simples resposta, ou tais respostas acabam sendo subjetivas demais para o que se percebe na prática. Hirsch (2010) afirmou que há uma grande dificuldade em se definir o Estado, uma vez que há uma tendência de interpretação que o considera como “a corporificação do bem comum ou mesmo uma instituição do povo auto organizado, como expressa a frase “o Estado somos nós””, ou seja, uma visão extremamente simplista e inadequada.

Desde a construção teórica inicial de Maquiavel, o Estado já não se configurava como a vontade dos indivíduos que eram parte integrante do mesmo, sendo representado pelo absolutismo do “Príncipe” e conseqüentemente por um grupo dominante ao seu lado. O caráter de impessoalidade estatal só se consolida mais adiante, tornando-se cada vez mais abstrato e intangível, como afirma Gianturco (2017). Ou seja, um governo das leis ao invés do governo dos homens.

1.2.2 Nação e Nacionalismo

A Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos foram a engrenagem essencial para que se chegasse ao fenômeno do nacionalismo, que teve seu estopim no final do século XVIII, formatando as novas nações e construindo as primeiras características básicas do Estado como temos hoje. Apesar do relativo sucesso do Congresso de Viena, em 1815, que dentre outras atribuições, serviria para reforçar o poder monárquico e conter os eventos revolucionários na Europa, o sentimento nacional não mais poderia ser contido.

Há muitos formatos na transformação histórica do Estado, as quais Bobbitt (2005) citado por Castro (2012) descreveu como tendo início na Idade Média, passando pelo Estado principesco (1515-1555), Estado régio (1618-1648), Estado territorial (1667-1713), Nação-Estado (1792-1815), Estado-Nação (1914-1990) e o Estado-Mercado (final do século XX e XXI) e tais formatos demonstram que “cada construção de guerra momentosa leva em consideração a formulação de base de legitimidade das constitucionalidades com suas respectivas ordens mundiais”, ou seja, as instabilidades e as guerras moldaram cada nova etapa do Estado ao longo da História.

Apesar de cada ordem mundial específica a um período delinear diferentes formas de Estado, o processo nacional europeu foi uma construção intelectual independente, como afirmou Lessa (2005), que resultou da busca de uma identidade comum, na qual origens e línguas uniriam povos separados por guerras e por interesses econômicos e políticos. É fato que a formação das nações e a reunião étnica em determinado território é sim uma questão popular e revolucionária, mas não deixa de estar diretamente ligada com interesses econômicos da nova classe burguesa em ascensão. Marx e Engels, no Manifesto Comunista de 1848, fazem uma forte referência à concepção de pátria e nação, trazendo à tona a relação ideológica e revolucionária, conectada à realidade capitalista vigente:

Os trabalhadores não têm pátria. Não lhes pode tomar uma coisa que não possuem. Porém, ao conquistar o poder político, ao se constituir em classe dirigente nacional, o proletariado precisa se constituir ele mesmo em nação; assim, ele continua sendo nacional, embora de modo algum no sentido burguês (ENGELS; MARX, 1998, p. 26).

As disputas regionais na Europa à época, apesar de relativamente contidas⁴,

⁴ O Concerto Europeu pode ser considerado como bem-sucedido, uma vez que proporcionou uma coexistência de interesses diversos, sem grandes guerras, até 1914 – o que não impediu conflitos pontuais, porém não comparáveis às Guerras Napoleônicas e à Primeira Guerra Mundial.

admitiam a diplomacia como principal “arma” de combate. O *Zollverein*⁵, em 1834, foi um grande exemplo de ação diplomática, porém gerou conflitos e rupturas de alianças servindo também para demonstrar como os processos econômicos foram decisivos para a consolidação das novas nações europeias, contribuindo para que o Império Austro-Húngaro perdesse parte de sua influência regional dando espaço à Prússia, que buscava aumento da sua relevância no continente e, principalmente, a efetivação do ideal nacional alemão.

A consequente perda de domínio dos Habsburgo sobre a península italiana, resultando na Independência da Itália, deu à Prússia a oportunidade que faltava para conduzir seu processo de unificação e se tornar uma potência regional. A Confederação Germânica do Norte, que unia a região setentrional, precisava ainda anexar o sul do território, que por conta do catolicismo e por serem contra o autoritarismo prussiano ainda estava ligado aos austríacos (LESSA, 2005). Para reverter tal situação, uma guerra seria a forma perfeita para reforçar a “ideal nacional” e unificar definitivamente o sul.

A crise diplomática instaurada contra os franceses⁶ foi o estopim para que, em julho de 1870, a guerra se desenrolasse e o último obstáculo contra as pretensões de unificação nacional de Bismarck fosse eliminado, atraindo a opinião pública a seu favor e consolidando a unidade territorial e nacional da Alemanha. Surgira assim a maior potência da Europa continental no final do séc. XVIII e início do séc. XIX, protagonista dos eventos que vieram a seguir, como as duas grandes Guerras Mundiais e, principalmente, o precursor do modelo de Estado nacional moderno.

As influências da formação do Estado nacional alemão, em 1870, e da marcha desenvolvimentista decorrente da explosão do fenômeno industrial em todo o mundo, moldaram a concepção moderna da estrutura estatal. Castro (2012, p.76) definiu o Estado por uma ótica mais contemporânea relativa à sua posição no cenário internacional e já admitindo a característica nacional, considerando-o como uma “entidade político-jurídica que representa a engrenagem central das RI dotada de população permanente, de território reconhecido, de governo aceito e de exercício de soberania estatal no plano interno e externo”.

Os Estados Nacionais são classificados, sob a ótica de Castro (2012), como Estados unitários, federais ou confederais. Os unitários atribuem ao aparelho administrativo-burocrático

⁵ União alfandegária liderada pela Prússia para estimular o crescimento econômico através da dinamização do comércio europeu (LESSA, 2005).

⁶ A referida crise diplomática ocorreu por conta da sucessão do trono espanhol foi o motivo do início das disputas entre franceses e alemães na década de 1860. A França deu um ultimado à Alemanha para abdicar ao trono da Espanha e a diplomacia de Bismarck se aproveitou do fato para revelar documentos secretos franceses adulterados sobre o tema (LESSA, 2005).

um caráter de centralidade, tendo este aparelho a preeminência sobre a distribuição dos poderes, sendo exemplos atuais a França e Portugal. Os federais passam a admitir a partilha das competências, nos quais se envolvem a União, as unidades da federação representadas pelos estados e os municípios; neste caso, há autonomia devido à Constituição para que haja até três níveis de partilha do poder, sendo estes relativamente autônomos, não contrariando algumas atribuições particulares da União, como a confecção das moedas, a garantia da soberania territorial e a prática das relações exteriores. E por último, os confederados, que admitem uma relevante autonomia a unidades infranacionais, na qual se autoriza inclusive “algumas partilhas de competência material (legislativa, tributária, socioeconômica e de representatividade externa) entre a esfera nacional e as unidades confederadas.” (CASTRO, 2012, p.125).

Independente da sua classificação, o Estado em geral se caracteriza como um Estado de Direito, tendo como seu alicerce uma ordem jurídica que tem como grande finalidade garantir as liberdades individuais. Em primeiro plano, a noção básica do Estado se refere, segundo Matias (2014, p.58), a “uma ordem jurídica ou constitucional impessoal, delimitando uma estrutura comum de autoridade que especifica a natureza e a forma de controle de administração sobre uma comunidade determinada” – o que direciona uma transferência expressa da responsabilidade das pessoas para a instituição.

Seu papel geral então se revelaria como o de garantidor do bem-estar social e da ordem civil em um território delimitado, no qual exerceria a soberania plena dentro de seus limites fronteiriços. Para exercer tais atribuições e, principalmente, garantir a ordem dentro de seus domínios, o Estado possui assim a legitimação exclusiva para o uso da força, assegurando também a sua legitimidade em um contexto mais amplo, o internacional, perante outros Estados. E, para que estas atribuições sejam colocadas em prática, ele dispõe de uma estrutura administrativa fundamental para determinadas ações: o exército e a polícia, a justiça e, em âmbito internacional, também pode recorrer à diplomacia (DOLLFUS, 1997apud MATIAS, 2014).

Partindo de tais paradigmas básicos, com funções gerais já definidas, as demandas por novas atribuições do Estado se ampliam e passam a requerer serviços mais específicos, o qual Max Weber (1978) afirma ser a função de um aparelho administrativo estatal, constituído pelas necessidades diversas de atuação, e que passam a ser requisitos básicos para a operacionalidade das suas funções, citando que a composição desta aparelhagem contaria com:

[...] a promulgação da lei (função legislativa); a proteção da segurança pessoal e da ordem pública (polícia); a proteção dos direitos adquiridos

(administração da justiça); a promoção do bem estar social, educacional e sanitário e de outros interesses culturais da população (os vários setores da administração); e, por fim, mas não menos importante, a proteção armada organizada contra os ataques vindos de fora. (administração militar). (WEBER, 1978, p.905).

1.2.3 Teoria Materialista do Estado

Com o desenvolvimento da economia capitalista por via da Revolução Industrial iniciada no século XIX, os rumos da sociedade mudam drasticamente e ampliam-se as funções do Estado; inclusive há uma maior necessidade do aumento da sua interferência no novo contexto das disputas de classes. Esta nova economia industrial transformou, de forma irreversível, as estruturas sociais, políticas e econômicas criando composições de poder e intensificando as contradições na sociedade. Era preciso agora uma maior habilidade do Estado para lidar com novos grupos emergentes como a burguesia, por exemplo, que passou a buscar uma posição de domínio tendo a clara pretensão de ditar os rumos do Estado a seu favor em detrimento da nova classe operária.

Esta nova realidade estabelecida gerou análises e teorias para tentar entender o novo contexto social que se apresentava na Europa. É importante frisar que, assim como considerou Hirsch (2010), uma teoria não pode ser totalmente engessada tendo em vista que o capitalismo passa por frequentes mutações e não pode ser analisado como uma lógica matemática. Deve-se admitir sempre a contribuição de outras teorias correlatas para que se possa chegar o mais próximo possível da realidade que se estabelece em determinado contexto histórico. Hirsch (2010) buscou então uma teoria do Estado que não o observe como uma coisa, um sujeito ou uma organização que tenha um caráter meramente racional, mas sim, como um complexo de relações sociais que é gerado e reproduzido pelos próprios indivíduos. Contestando uma espécie de senso comum, que criou um falso paradigma em torno da ideia de que “o Estado somos nós”, Hirsch tem a intenção de comprovar que não existe um bem comum quando diversos interesses particulares interferem nas decisões estatais e ditam os rumos do mesmo, que em sua maioria são adversos aos interesses gerais da população.

O ponto de partida para Hirsch (2010) foi a ampliação da abordagem da teoria geral do materialismo histórico⁷, buscando entender as instituições e os processos políticos como sendo uma expressão das relações de domínio. A importância da análise via materialismo histórico é

⁷ Conceito desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels iniciado a partir da obra “A Ideologia Alemã” (2007).

destacada por Wolf (2003, p.58), que considerou que tais “abordagens marxistas podem ajudar o estudo antropológico a atribuir prioridade estratégica às conexões entre economia, política e práticas comunicativas no âmago de qualquer sociedade”, conexões estas que são refletidas na estrutura geral do Estado, uma vez que este passou a servir como o grande mediador entre todas as relações em seu ambiente, mais especificamente nas próprias relações de luta de classes.

A base do materialismo histórico admite que as sociedades se desenvolvem pelos confrontos históricos de classes, sendo tais conflitos o motor principal para moldar todas as estruturas sociais, políticas e econômicas. Supõe que as estruturas sociais são reguladas pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se desenvolvem através de interesses antagônicos entre os proprietários e não proprietários das forças produtivas. A balança penderia sempre para o lado dos que possuem controle das forças produtivas, que ditam assim as regras para os que apenas possuem a força de trabalho, o proletariado:

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política, intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. [...] Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008, p.43).

Marx não desenvolveu uma teoria do Estado, apesar levantar questões que direcionavam à ideia de uma estrutura política estatal, quando destacou que é nessa “contradição entre o interesse particular com o comum que o interesse comum assume uma forma autônoma enquanto Estado, separado dos interesses reais particulares e coletivos”. A questão que se desenvolve então como ponto de partida, além do materialismo histórico já destacado, refere-se à desconstrução da análise do Estado apenas pelo viés econômico. O “economicismo” fica de lado quando é nítida que uma “derivação do Estado” (HIRSCH, 2010), ou seja, tanto o caráter econômico como o político são os elementos principais da sua formação. Isto quebra, segundo Hirsch, a ideia geral de “base-superestrutura”, ampliando a percepção do papel do Estado e retratando-o como um complexo de relações sociais que se materializam das formas

mais diversas.

É importante abrir um parêntese à contribuição de Poulantzas (1977), através de uma abordagem que se inicia pela segmentação dos níveis do Estado que formam um conjunto macro determinante para todas as relações econômicas, políticas e ideológicas. Assim a divisão se configura pelo modo de produção, incorporando as relações de produção, a mais-valia e a divisão do trabalho; os domínios marginais, nos quais estariam os sistemas de transporte, saúde, meio-ambiente; e os setores econômicos inferiores, formados basicamente pelo capital público. Com esta separação é possível ter a percepção inicial de como se formam as relações dentro do bloco do Estado assim como será possível também avaliar possíveis relações de crise (econômica e política).

Há uma grande intensidade das relações no modo de produção capitalista, sendo que tal intensidade será o termômetro das proporções de uma possível crise do Estado, já que sua autonomia é questionada. Considerando que o Estado capitalista é uma representação do interesse da classe burguesa, como afirma Poulantzas (1977), esta classe dominante influencia as ações do Estado, uma vez que este pode ser considerado como um instrumento de dominação.

O processo de dominação pela burguesia só se mantém por conta de um fator essencial: o processo de acumulação capitalista. Hirsch (1977), admite que tal acumulação é fruto da permanência da exploração e da mais-valia e a burguesia só consegue manter a estabilidade de sua relação com o Estado caso esta condição de luta de classes perdure de forma linear. Caso esta estabilidade não se mantenha, há a intervenção do Estado com o uso da violência como forma de repressão para retomar o controle da situação e reconfigurar as bases das relações de classes no seio do Estado. Tais períodos de crise interferem no processo de hegemonia das classes dominantes e atingem toda a estrutura estatal, ocasionando danos políticos, econômicos e ideológicos, que precisam ser recuperados ao custo da queda do lucro, o que necessariamente direciona ao aumento da taxa de exploração e da mais-valia, todos eles partes integrantes do processo de acumulação de capital.

É importante destacar que nem sempre o Estado se apresenta exclusivamente a serviço dos interesses da burguesia, podendo sim exercer um papel contrário ao interesse das classes dominantes em prol da manutenção da ordem. Chega-se então a conclusão que o Estado não é um mero instrumento de dominação e que muitas vezes exerce um papel contrário aos interesses da burguesia, sendo o Estado “sujeito”, buscando o “poder-soma-zero”, como descrito a seguir:

Na relação de exterioridade, Estado e classes dominantes são considerados como duas entidades intrínsecas que “se confrontam” entre si, uma frente à

outra, e uma possuindo o “poder” que a outra não teria, segundo uma concepção tradicional de poder como quantidade dada numa sociedade: a concepção do “poder-soma-zero”. Ou a classe dominante “absorve” o Estado, esvaziando-o de seu poder próprio (o Estado Coisa), ou o Estado “resiste” à classe dominante e lhe retira seu poder em seu próprio proveito (o Estado-Sujeito é árbitro entre as classes sociais, concepção bem ao gosto da social-democracia. (POULANTZAS, 1977, p. 22).

Outra questão desconstruída por Poulantzas (1977) trata da separação do Estado entre “sujeito” e “objeto”, a qual considera uma visão muito simplista; o Estado é um ambiente muito mais amplo e estratégico, onde ocorrem as lutas de classe e afloram as subdivisões de poder em todas as classes. A viabilidade da condução política por parte do Estado só acontece graças a estas subdivisões de poder e com uma manutenção constante das lutas entre os diversos setores sociais, sendo um grande desafio para manutenção da unidade estatal, já que requer grande habilidade para a condução deste jogo de interesses e da manutenção da estabilidade na balança de poder. Caso o Estado não consiga manter o equilíbrio destas subdivisões de poder ampliam-se as contradições internas e o caráter hegemônico do poder das classes dominantes passa a ser questionado, ocasionando o processo de crise política e conseqüentemente uma crise econômica e ideológica.

Assim, influenciado por Poulantzas (1977), Hirsch (2010) afirmou que a derivação do Estado é o melhor ponto de partida para se desenvolver uma teoria do Estado, sendo tal derivação baseada nas duas formas sociais pelas quais há uma ligação do Estado com o sistema capitalista: a forma de valor, que é explicitamente expressa através do dinheiro; e a forma política, que se manifesta na existência da estrutura política do Estado. Esta ligação da estrutura política com o Estado, sendo admitidas as contradições internas existentes no sistema capitalista – com os indivíduos em concorrência entre si gerando a existência de classes sociais opostas – acaba por requerer a formação de uma espécie de “comunidade” política pelo próprio Estado para possibilitar a existência material e a manutenção da ordem social fora do processo imediato ao da valorização do capital.

Em relação à existência do mercado, fundamental na economia capitalista, este só pode ser viabilizado pela condição estatal de instrumento de força legitimada, que garante a propriedade privada tendo garantias jurídicas que permitem a estabilidade de tal condição. Estado e mercado se relacionam de forma íntima e imediata, devendo o Estado interferir sempre que necessário na atividade mercantil, ou seja, como Hirsch (2010, p.41) afirmou, “o Estado capitalista é essencialmente um Estado interventor”, completando que:

O modo como se desenvolve a atividade estatal, suas funções e políticas concretas dependem de cada estágio do processo de acumulação e das relações sociais de força ligadas ao mercado mundial. É por isso que elas estão sujeitas a consideráveis modificações históricas.

Portanto, a teoria materialista do Estado admite que há múltiplas organizações dentro da sociedade que possuem interesses contraditórios de uma forma geral, sendo a sociedade capitalista extremamente resiliente em relação a situações de crise, uma vez que tal diversidade de instituições, organizações e grupos independentes conseguem se adaptar continuamente às mudanças tecnológicas, às novas formas de consumo e aos novos modos de como se explicitam as relações entre as classes. A separação entre política e economia e também entre Estado e sociedade, com todas as suas derivações e subdivisões de poder, demonstram que é impossível a sociedade capitalista sobreviver apenas com um centro dirigente que fosse capaz de controlar todo o seu conjunto (HIRSCH, 2010).

1.3 PILARES TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A eclosão da Primeira Guerra Mundial desestabilizou por completo a ordem mundial vigente até então, na qual coexistiam quatro grandes potências imperiais – Inglaterra, França, Alemanha e Rússia – podendo-se incluir uma quinta, os Estados Unidos, que agora já possuíam uma atividade industrial plena e em evolução, além de ter uma grande vantagem comparativa em relação às demais potências, uma vez que era praticamente autônoma para suprir as suas necessidades de matéria-prima.

Além do fim de um sistema internacional multilateral, os efeitos da Primeira Guerra Mundial foram sentidos principalmente na atividade econômica global crescente. O choque de potências que eclodiu em 1914 foi um duro golpe na crença de que as potências hegemônicas, apesar de possuir interesses conflitantes, poderiam conviver pacificamente em prol da manutenção e continuidade do progresso econômico mundial;

1.3.1 Realismo

Uma das mais importantes correntes teóricas das Relações Internacionais é o Realismo, que apesar de ter seu desenvolvimento acadêmico nas primeiras décadas do século XX, foi diretamente inspirado por concepções anteriores de pensadores clássicos como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. A teoria realista tem em seu fundamento o Estado como o

principal ator no cenário internacional, considerando a balança de poder militar o fator dominante para a competição entre Estados. Os precursores da formulação teórica do Realismo nas Relações Internacionais são Hans Morgenthau, Kenneth Waltz e Edward H. Carr, tendo este último um papel mais descritivo do fenômeno realista no entre guerras do século XX, abrindo as portas para as discussões teóricas que se seguiram.

Carr em sua obra, “Vinte Anos de Crise: 1919-1939” (2001), contribuiu para formatar o pensamento realista, quando teceu duras críticas às ideias liberais vigentes até então, destacando que havia um forte erro interpretativo no liberalismo, já que não perceberam que é utópica a ideia de que a relação de cooperação e interdependência entre os países garantiria a harmonia entre as pessoas. Inclusive, chama os liberais e idealistas de utópicos, dado o grande fracasso da Liga das Nações em promover a paz. O que valia no período entre guerras era o *status quo* e a balança de poder sempre pendia para o lado dos países hegemônicos sem dar espaço ao surgimento de novas forças.

O realismo clássico dominou as discussões intelectuais das Relações Internacionais entre 1940 e 1970, pois determinava o desejo de poder como sendo inerente à condição humana e a engrenagem que movia o sistema internacional. Como supracitado, a formulação da teoria realista tem influência direta das ideias de Maquiavel e Hobbes, sendo adaptadas para um contexto mais amplo, o da relação entre Estados no cenário internacional. Assim surgiu a análise norte-americana de Hans Morgenthau, que batiza a teoria de realista uma vez que ela dá ênfase à natureza humana e aos seus processos históricos, para assim buscar uma compreensão do que está por trás da política entre as nações. A política estaria como agenda primária, enquanto outros assuntos são relegados a segundo plano, como a economia, por exemplo.

A partir do final da década de 1970, surgem os neorealistas, que buscam adaptar a teoria a um contexto mais contemporâneo. Influenciados pelas recorrentes crises econômicas (como exemplo a crise do Petróleo durante a Guerra de Yon Kippur, em 1973), os neorealistas voltam a dar relevância ao caráter político e militar nas Relações Internacionais. John Mearsheimer (2001) propôs uma adaptação da teoria realista clássica, que é conhecida por “realismo ofensivo”, em que considera que os Estados estão sempre na luta por mais poder e que buscam incansavelmente um cenário em que possuam a hegemonia no contexto global e precisam, portanto, se concentrar na aquisição de mais poder em detrimento dos outros. Assim, para que uma grande potência possa sobreviver é preciso que tenha um status de agressor, sendo o ataque militar a única forma de sobrevivência mais duradoura.

Com visão oposta à de Mearsheimer, Kenneth Waltz (2015) desconsiderava a relação direta da sede de poder do homem à postura de agressão do Estado. O realismo defensivo, ou

realismo estruturalista, reconhecia que os Estados procuram, acima de qualquer coisa, a sua sobrevivência; um sistema internacional anárquico gera a competição entre Estados e estes buscam assim se reforçar militarmente para garantir a sobrevivência.

1.3.2 Pluralismo: o liberalismo das relações internacionais

O fim da Segunda Guerra Mundial e a bipolaridade hegemônica entre os Estados Unidos e a União Soviética legitimava a teoria realista como a teoria base nas Relações Internacionais. Com o fim da Guerra Fria na década de 1990 e a proeminência dos Estados Unidos como potência hegemônica, expandindo sua influência cultural e desenvolvendo o comércio pelo Ocidente, o mundo foi novamente transformado em um centro de comércio pleno, possibilitando o resgate das ideias liberais clássicas e adaptando-as ao novo contexto das Relações Internacionais.

É importante retomar as premissas básicas do Liberalismo, as quais passaram a ser seguidas e desenvolvidas principalmente entre as décadas de 1950, 1960 e 1970. Ao contrário do Realismo, os liberais possuem uma visão positiva da natureza humana. Não descartam a existência de competitividade entre os indivíduos, porém reconhecem que há interesses em comum, os quais direcionam estes indivíduos a cooperar entre si. O papel do Estado é apenas de mediador para estabelecer os limites e o equilíbrio para que o indivíduo possua a liberdade para exercer suas atividades, e tendo a garantia da sua propriedade privada: é o “Estado Mínimo” (PECEQUILO, 2016).

O liberalismo nas Relações Internacionais ganha força a partir da década de 1960, quando as relações comerciais entre países se intensificam, promovidas basicamente pelos Estados Unidos. Em tal contexto, as relações de interdependência se intensificam, passando a ser foco de estudo dos teóricos liberais, com uma análise mais apurada das relações bilaterais e nos seus efeitos na redução de conflitos, como descreveram Jackson e Sorensen (2013, p.156): “Os liberais da interdependência argumentam que a alta visão de trabalho na economia internacional intensifica a interdependência, desestimulando e reduzindo os conflitos violentos entre os Estados”.

Tais relações de interdependência podem ser configuradas de diversas formas entre países e de acordo com cada necessidade ou objetivo específico. Teóricos da interdependência como Robert Keohane e Joseph Nye (2001) descrevem a existência de graus de interdependência que se estabelecem definindo o grau de assimetria na relação. Uma dependência mútua entre países, por exemplo, depende basicamente de duas condições: a

primeira é a sensibilidade, na qual irá depender dos danos que uma possível quebra da relação bilateral possa ocasionar; e a outra condição seria a vulnerabilidade, que se expressa no custo relativo de ajustes ou mudanças nas formas da relação de dependência. O lado menos vulnerável não é necessariamente o menos sensível. Se porventura houver uma assimetria alta em determinada relação, esta passa a se configurar como dependência e não mais como interdependência.

Tratando de questões como vulnerabilidade e dependência, é importante ressaltar as características nas quais o poder se exerce nestas situações. Sendo a balança de poder no contexto global um tema sempre relevante historicamente, Nye Jr. (2012) definiu dois aspectos básicos na forma como atores estatais exercem este poder. O *hard power*, ou poder “duro”, que se estabelece através da pressão e da coerção, caracteristicamente via intervenções militares. Ainda ressaltou que esta forma de *hard power* está cada vez mais em desuso no contexto atual pois admite que houve, no pós-Guerra Fria, uma substituição da geopolítica pela “geoeconomia”, sendo questões econômicas definitivamente as de grande relevância para a proeminência de um país no cenário mundial.

O *soft power*, ou poder “brando” tem uma característica voltada exatamente para esta ideia de “geoeconomia” de Nye Jr (2012), pois se configura através de uma influência indireta e pela capacidade de convencimento através de direcionamentos ideológicos e culturais, gerando impactos menos drásticos que os ocorridos em uma intervenção militar. Mesmo considerando que o *hard power* está em desuso, o autor não crê que este será extinto e ainda admite certa relevância a esta forma de representação de poder. Tanto que descreve a existência do *smart power*, ou poder inteligente, que seria uma combinação entre o *hard power* e o *soft power*, sendo esta a estratégia mais efetiva para se exercer uma política hegemônica.

O sistema internacional, portanto, alterna entre situações de cooperação e de conflito. Tal alternância sempre foi comum ao longo da história uma vez que este sistema sempre possuiu um caráter anárquico⁸. A busca pelo poder hegemônico ou a simples necessidade de preservação é que definem ações de um tipo ou de outro. Sempre que o mundo se depara com conflitos mais generalizados, há uma maior disposição para a cooperação no pós-guerra, buscando soluções para períodos de paz e para o reerguimento da atividade econômica, como os exemplos históricos de Westphalia e os grandes tratados de paz como o Congresso de Viena após as guerras napoleônicas, o Tratado de Versalhes após a Primeira Guerra Mundial e os Tratados de Yalta, Teerã e Postdam, ao fim da Segunda Guerra Mundial. Todos tentaram impor

⁸ Anárquico, pois não possui um governo central, efetivo. Ausência de um poder maior, regulador (JACKSON; SORENSEN, 2013).

a paz a qualquer custo, sempre com Estados vencedores como os líderes responsáveis pela construção de um novo mundo, demonstrando que a equivalência de poder é utópica e que a atuação das organizações internacionais como a ONU, por exemplo, limita-se às vontades das potências hegemônicas, ficando tais organizações impotentes na solução de impasses mais críticos (LESSA, 2005).

2 DESENVOLVIMENTO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: A REALIDADE PERIFÉRICA ALÉM DA VISÃO EUROCÊNTRICA

Toda a análise teórica desenvolvida até aqui baseou-se exclusivamente em uma visão eurocêntrica da histórica mundial, visão esta que se consolidou devido à força imperialista das potências europeias entre os séculos XVI e XX, moldando os quatro cantos do planeta de acordo com preceitos da cultura ocidental. Esta força não pode ser vista unicamente pelo caráter militar que, por incrível que pareça, não foi o maior responsável pela ampliação da presença europeia no Oriente e nas Américas – ele esteve junto com outros fatores para que a Europa pudesse exercer sua influência na Ásia e nas Américas.

Neste viés, alia-se a teoria econômica ortodoxa desenvolvida no ocidente que definiu padrões conceituais de desenvolvimento seguindo preceitos baseados na evolução histórica europeia em paralelo principalmente ao desenvolvimento das cidades e das formas de acumulação de capital, centradas na indústria como motor da economia global. Antes abordar as características destes conceitos de desenvolvimento eurocêntricos, é preciso que se desconstrua alguns mitos que se estabeleceram ao longo da história e que guiaram a ideia da Europa como a grande civilização moderna e como a responsável por disseminar no mundo o desenvolvimento cultural e econômico, uma vez que o resto do planeta – Ásia, África e Américas – seriam lugares de selvagens aculturados. A quebra deste paradigma começa pela contradição ao fato de se achar que os europeus defloraram um oriente rústico, desprovido de cultura e sociedade avançada. Na questão cultural, por exemplo, até o ano 1400, o Oriente Islâmico era o sucessor intelectual da era Antiga enquanto a Europa vivia tempos de extrema decadência durante a Idade Média, no “Período das Trevas” (DARWIN, 2015).

Um outro arquétipo europeu também desmorona: o mito da unidade. A Europa estava longe de ter coesão e seu ambiente era precário, com constantes guerras internas por disputas de território, prejudicando a estrutura de comércio e afundando o continente em um sistema feudal pouco eficiente em termos de desenvolvimento. Somente no século XV, já na era moderna, quando os primeiros esboços do processo mercantil através das explorações ultramarinas eram feitos, os países europeus começam a se organizar, como John Darwin (2015, p. 57) destaca:

Em 1400, a nova Europa já estava formada: uma confederação pouco coesa de Estados cristãos, com uma alta cultura comum, instituições sociais e políticas semelhantes e uma economia internacional regional desenvolvida. De certo modo, era uma fusão engenhosa das culturas romanas e francas,

enquanto a sua componente bizantina, submersa politicamente depois de 1400, garantia a ligação contínua (embora tênue) às terras russas.

O comércio e a atividade econômica na região muçulmana eram bem mais avançados que na Europa até 1400; não só entre eles, mas objetos refinados e de luxo seguiam para o continente europeu, e não o inverso. Além disto os muçulmanos foram os precursores na criação e desenvolvimento de instituições financeiras comerciais, com sistemas de créditos mercantis – comerciantes negociavam parte dos seus lucros na busca de empréstimos para posteriormente financiar seus negócios (DARWIN, 2015).

Também em relação à unidade, a China despontava no séc. XV com uma coesão política fora do comum à época. Sua cultura e política desbancavam de longe as da Europa e do mundo islâmico sendo o motivo para esta unidade a força da sua civilização e da sua “alta cultura” literária e clássica, seguindo sempre os direcionamentos do confucionismo e tendo uma visão de moral muito bem definida. A construção e disseminação da cultura chinesa ao longo do seu território teve reflexo no desenvolvimento de sua atividade agrícola e comercial:

A China fora “construída” através da expansão cumulativa da agricultura intensiva desde os seus começos no Noroeste, onde solos férteis e loesse fino eram excepcionalmente favoráveis a um cultivo denso. Um processo contínuo de colonização agrícola espalhou essa cultura “chinesa” pelas planícies do Norte da China, e depois para o leste do Yang-tzé e para o sul.[...]Esta grande expansão para o sul, absorvendo novas terras e povos no mundo chinês, foi uma etapa crucial da “construção” da China. (DARWIN, 2015, p. 66).

Outro fator crucial para tal disseminação foi a rede fluvial pela qual se desenvolveu o fluxo comercial no interior do seu território, que estimulou a especialização e o desenvolvimento de um sistema de crédito, com a utilização de papel moeda para o comércio ainda antes de 1400. De tal modo a China pode expandir sua operação mercantil para um âmbito inter-regional, atuando inclusive nos mares do Oceano Índico.

Apenas estes poucos exemplos já modificam a ideia equivocada de que o mundo fora da Europa era rústico e subdesenvolvido, o que nos leva a questionar mais um mito europeu: o da modernidade. O conceito de modernidade é bastante subjetivo pois, de fato é complicado se definir o que seria exatamente modernidade; ou se existe uma modernidade ou muitas modernidades. Há uma visão distorcida desta ideia, uma vez que “ser moderno não era um estado absoluto, mas comparativo ou, como admite Darwin (2015), um “estado competitivo”. A Europa se considerava então como o exemplo de modernidade, enquanto as regiões fora dela eram pré-modernas.

Outras regiões já possuíam características que poderiam alçá-las ao status de modernidade, como a própria China, que já contava com uma certa estrutura burocrática razoavelmente desenvolvida, além de uma economia comercial e uma cultura tecnológica bem desenvolvidas antes dos países europeus chegarem a este patamar. Dentro desta amplitude do que pode ou não ser moderno, chega-se a conclusão de que o que realmente estava por trás dos avanços imperialistas não era de fato a modernização de outras áreas, mas a necessidade de exploração comercial de outras regiões do mundo, mas especificamente o Oriente.

Como houve então a reviravolta para que a Europa pudesse ter a coesão e o foco necessário para sua empreitada imperialista ao redor do mundo? Não obstante ao fato de que, no final do séc. XV, o desenvolvimento do mercantilismo europeu com as grandes navegações promovidas pelos países ibéricos já começava a se configurar como o passo inicial rumo ao colonialismo europeu, o fato decisivo para o sucesso do projeto imperial foi a Paz de Westphália em 1648, que deu à Europa a coesão necessária que faltava, acabando com a “instabilidade destrutiva”, como definiu Darwin (2015), além de contribuir para a concepção do modelo de unidade a ser disseminado pelo oriente: o Estado.

Mesmo não se conseguindo uma estabilidade interna plena, os governos das principais metrópoles europeias já consideravam a possibilidade de reverter parte do seu orçamento militar para focar no desenvolvimento de suas atividades coloniais. E, em se tratando de colônia, a América era o grande fascínio europeu, o mundo novo, sendo o mais próximo que a Europa chegou de um império global:

O que entusiasmava os europeus era a crença de que tinham não só no direito mas também nos meios para “construir” ou reconstruir a América à imagem da Europa, ou mesmo como uma versão melhorada do velho continente. Este imperialismo intelectual resultava em parte da facilidade com que o domínio europeu fora estabelecido e do colapso absoluto das sociedades indígenas. (DARWIN, 2015, p. 48).

Os europeus estabeleceram uma engrenagem colonial que funcionava perfeitamente, baseada nos pilares das suas colônias e escravos e desenvolvendo progressivamente um comércio mundial que parecia possuir matérias-primas infindáveis. Com o advento da Revolução Industrial, os países da Europa deram um grande passo para o domínio global; uma revolução que estava ligada aos avanços tecnológicos e a um aprimoramento da atividade econômica e dos fluxos financeiros. Já era nítida a relação íntima entre o mercado financeiro e o Estado, contando com sistemas de finanças cada vez mais aperfeiçoados e capazes de elevar receitas de formas vertiginosa, como pontuou Darwin (2015, p. 52) sobre a Inglaterra, na qual

“em 1815, os governos em Londres já tinham 10 vezes mais receitas do que seus antecessores cem anos antes”, complementando que: “o “Estado-fiscal-militar” por si só não criava conflitos e crises, mas ao mudar as regras que ditavam o sucesso abria caminho a um novo padrão de poder”.

Em consequência, os britânicos passam à posição de grandes fornecedores de capital para os quatro cantos do mundo e que foi a responsável por financiar um novo processo de revolução tecnológica, denominada de segunda revolução industrial, com a construção de ferrovias por toda a Eurásia, unindo agora produção industrial, mercado de capitais e comércio de longa distância. Estava também estabelecida a divisão internacional do trabalho, uma vez que a Europa industrializada e com uma economia robusta demandaria para as outras partes do mundo o papel de fornecedores de matéria-prima para sua atividade comercial crescente – em outras palavras, o mundo não-europeu, como define Darwin (2015), estaria estigmatizado a ser impreterivelmente rural.

Vale ressaltar que tal processo evolutivo europeu não aconteceu do dia para a noite e tal reviravolta, começando no período das grandes navegações, a partir da última década do séc. XV, teve dois elementos básicos: o primeiro identifica-se nas colônias conquistadas e no extrativismo de matéria-prima das mesmas, possibilitando atendimento às necessidades de consumo e de produção europeias; e o segundo elemento é o fator-chave para que o processo industrial vingasse, que era a “sorte geológica”, como atestou John Darwin (2015) – o dote de carvão. Em paralelo, a importância à soberania interna dos Estados e as políticas de não agressão, juntamente à consolidação da propriedade privada, são a fonte para a proeminência europeia perante as outras partes do mundo.

As guerras Napoleônicas interrompem momentaneamente o projeto de modernização dos europeus, e o Congresso de Viena, em 1815, chega para reestabelecer a ordem entre os Estados. As nações vencedoras legitimavam o imperialismo, porém era necessário um controle conjunto para qualquer evento que pudesse transformar a geopolítica e afetar o equilíbrio das potências vigentes. Além do receio de conflitos, o maior medo agora era que uma guerra afetasse os crescentes ganhos econômicos imperiais. Além do mais, era importante conter as revoltas sociais, tendo seu ápice em 1848, na Primavera dos Povos, com eclosões de revoluções populares por todo continente europeu, ameaçando a estabilidade política vigente. Em suma, como bem destacado por Pedrão (2017, p.41):

A modernização se apresenta como um movimento necessário da civilização ocidental e é a base da sua liderança mundial. É a práxis da ascensão e do poderio da burguesia, que entretanto passa a incorporar as contradições do recrudescimento do colonialismo e dos

conflitos por espaços de poder entre os grupos de poder político e econômico que integram o núcleo centrípeto do movimento de acumulação.

Além do eurocentrismo supracitado, é imprescindível destacar um relevante ator no cenário internacional, responsável por transformar completamente a balança de poder no pós-Primeira Guerra Mundial: Os Estados Unidos da América. A proeminência dos norte-americanos é reflexo de uma série de fatores que começam a se desenrolar a partir da sua Independência, em 1776, sendo a sua posição estratégica isolada das outras grandes potências e livre de conflitos armados, como um dos principais. Além disso, outro fator decisivo para o desenvolvimento da economia dos Estados Unidos é a posse de recursos naturais em seu extenso território, que serviu para atender a sua própria demanda no desenvolvimento do seu processo industrial ao longo do séc. XIX. Para Arrighi (1996), os Estados Unidos foram os maiores beneficiários do imperialismo britânico de livre comércio.

Um ponto importante de diferenciação entre a supremacia britânica e norte-americana refere-se ao tipo de imperialismo exercido entre ambos. Enquanto os britânicos optaram por um direcionamento estritamente econômico, o imperialismo de livre comércio, os Estados Unidos seguiram por um rumo político, já que incluíram na cena internacional as demandas de povos não ocidentais e da classe não-proprietária ocidental (ARRIGHI, 1996). A proclamação do direito de todos os povos e Estados no cenário internacional, com a criação da ONU, eleva os Estados Unidos ao topo da hegemonia no mundo e resgata o então falido sistema estatal construído em Westphalia.

Contudo, apesar do surgimento de uma nova onda progressista na economia mundial no pós-Segunda Guerra e a reorganização da economia capitalista, havia um certo desprezo ao status de soberania dos Estados periféricos, uma vez que os norte-americanos passaram a restringir algumas liberdades nacionais, intervindo em conflitos regionais sempre que considerassem necessário, sobrepondo as premissas básicas de soberania. Arrighi (1996, p.70) pontuou que “se designarmos o impulso principal da hegemonia britânica como “imperialista”, não teremos alternativa senão designar o impulso principal da hegemonia norte-americana como “anti-imperialista””; os norte-americanos agiam para garantir uma dominação de forma indireta.

O modelo de dominação norte-americano foi construído ainda no início do século XX por Woodrow Wilson, que baseou o pensamento do país em política externa na propagação dos valores e na demonstração da grandeza como nação (KISSINGER, 2012). Admitia que a segurança dos Estados Unidos não estava separada da do resto do mundo, sendo o idealizador da Liga das Nações, no pós-Primeira Guerra Mundial, que futuramente se transformaria na

ONU. Para Wilson, a manutenção da paz seria conquistada pelo consenso entre os países, com o suporte dos norte-americanos. Tais convicções seriam transformadas, no futuro, na ideia de “segurança coletiva” na qual os Estados Unidos exerceriam o papel de “polícia” do mundo.

2.1 ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

É importante agora que se estabeleça a relação entre dois pontos essenciais que conduzem quaisquer ações dos países no contexto mundial: a relação entre política e economia. Teóricos divergem se há uma maior relevância do Estado ou dos mercados nas questões globais; a política sendo uma eterna busca pelo poder e a economia a busca pela riqueza. A interação destes dois fatores seria o cenário ideal para qualquer Estado que busca a hegemonia sendo tal interação entre o Estado e a relação com os mercados e empresas a base da sociedade moderna capitalista, se configurando então como a base da Economia Política Internacional.

Segundo Jackson e Sorensen (2013), existem três expoentes teóricos na Economia Política Internacional. O primeiro deles é o mercantilismo, já citado no início do capítulo, e que teve seu auge nos séculos XVI e XVII, servindo para o acúmulo de riquezas e para fortalecer as bases da construção do Estado Moderno. O mercantilismo tem relação direta com a concepção realista das relações internacionais, uma vez que admite que o Estado é o ator central no cenário global, tendo como prioridade seu fortalecimento econômico através do acúmulo de riquezas e consequente fortalecimento militar.

O processo mercantilista é, portanto, um “jogo de soma zero” (JACKSON; SORENSEN, 2013), em que o ganho relativo de um Estado significa necessariamente a perda do outro. Se comparado ao pensamento liberal, o mercantilismo possui grande divergência, já que os liberais acreditam em um sistema de cooperação internacional entre Estados e o estabelecimento do livre mercado, sem a interferência do Estado – ou seja, um “jogo de soma positiva” para todos os envolvidos.

Além da atividade mercantil, destaca-se a importância da produção para os mercantilistas, que teve o economista alemão Friedrich List sendo o precursor da teoria do “poder produtivo”: há um foco no nível de desenvolvimento do Estado através das suas capacidades de produção, e não só no acúmulo de riquezas (JACKSON; SORENSEN, 2013), admitindo também a possibilidade de intervenções estatais para a possibilitar o desenvolvimento produtivo e proteção em relação à concorrência externa, como o próprio List (1992) citado por JACKSON; SORENSEN, 2013, p.145), que destacam:

Uma nação capaz de estruturar um poder de fabricação age, portanto, ao utilizar um sistema de proteção, com o mesmo espírito proprietário de terras que sacrifica alguma riqueza material para permitir que alguns de seus filhos aprendam o negócio.

Vale destacar que os países do leste asiático, como Japão e Coréia do Sul, por exemplo, tiveram excelentes resultados econômicos por conta de seu desenvolvimento produtivo aliado à forte intervenção do Estado, definindo regras protecionistas e selecionando os setores estratégicos para a produção, inclusive interferindo diretamente para regular a competição entre empresas (JACKSON; SORENSEN, 2013).

É na superação do mercantilismo como atividade única para a geração de riquezas que se desenvolve o segundo expoente da Economia Política Internacional, que é liberalismo econômico, influenciado pelas ideias liberais dos séculos XVIII e com foco absoluto no livre mercado. Adam Smith, o pai da ciência econômica moderna, critica a atividade única de acumulação de metais como geradora de riquezas, afirmando que o desenvolvimento econômico de uma nação é resultado da sua capacidade produtiva e que seu crescimento aconteceria de forma natural, com o mínimo de interferência do Estado – seja por barreiras alfandegárias ou qualquer outra limitação imposta por governos (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003). Smith crê que se a qualidade de vida das famílias melhora pela atividade comercial entre os países, não há como considerar o comércio como um jogo de “soma zero”.

Outro expoente da teoria clássica do liberalismo econômico é David Ricardo, que descreve a divisão internacional do trabalho através do conceito das vantagens comparativas em que nações que se especializam em determinados produtos pelos quais têm “vocaçã” produtiva, teriam mais sucesso no mercado global.

2.2 O DESENVOLVIMENTO ALÉM DA VISÃO ECONOMICISTA

A questão que envolve os direcionamentos ocidentais sobre as formas conceituais relacionadas ao desenvolvimento econômico tem profundas lacunas e que variam a depender do contexto e da intenção por trás desta concepção. Vale ressaltar que a teoria econômica, quando aborda esta questão, busca atingir determinado resultado baseado em experiências relacionadas a indicadores e fórmulas matemáticas que, na maioria das vezes, estão descoladas de experiências empíricas, tentando padronizar uma visão geral em busca de uma ânsia de aplicabilidade também uniformizada. Não caberá aqui uma inserção em detalhes teóricos da

teoria econômica pelo risco de desvio de foco, porém pretende-se demonstrar onde está a real essência na qual o Estado deveria se preocupar dentro da perspectiva estratégica para um planejamento regional adequado.

Bresser-Pereira (2008, p.1) teoriza o desenvolvimento econômico de forma sucinta, o qual considera que o mesmo:

[...] supõe uma sociedade capitalista organizada na forma de um estado-nação onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado coordenando, um o sistema econômico e um estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora.

Em termos bastante gerais, consegue-se através desta conceituação entender o significado de desenvolvimento econômico; entretanto, é preciso ir além desta visão economicista buscando uma análise que possa ampliar a perspectiva desta temática, com a supressão do adjetivo “econômico”, evitando assim uma visão limitada de tal abordagem. Pedrão (2015) faz exatamente esta crítica à forma como a teoria moderna que trata sobre desenvolvimento enfatiza o problema, considerando-o apenas como um fator diretamente relacionado à sociedade industrial. Além disto, demonstra que é impossível tratar sobre o desenvolvimento sem uma relação com o contexto histórico, uma vez que, estando necessariamente relacionado com a questão social, há variações ao longo do processo de evolução da sociedade que estão relacionadas à capacidade produtiva de uma nação e às condições de ambientes específicos para que a produção se realize (PEDRÃO, 2015).

Na mesma linha, Celso Furtado (2004, p.484) destaca a contradição entre a ideia de crescimento econômico e a do desenvolvimento, no qual “o crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente”. Ou seja, a compreensão de desenvolvimento deve considerar uma superação do crescimento econômico, mudando assim a economia de forma qualitativa para que não fique restrita apenas ao benefício das potências econômicas. Consequentemente, chega-se então à ideia do desenvolvimento humano, no qual Bresser-Pereira (2008) o categoriza conectando-o a algumas outras espécies de desenvolvimento: econômica, social, política e ambiental.

Tais espécies não conseguem ocorrer de forma conjunta se buscadas a curto prazo, exceto quando há um cenário denominado de economia de enclave, ou seja, quando há um desenvolvimento amplo em uma região específica que a diferencia do contexto geral, como em casos que se estabelecem os processos de inserção de um montante repentino de capital

estrangeiro em países periféricos, em determinada localidade, com ganhos proporcionais relativamente pequenos.

Dentro desta nova visão de desenvolvimento sem adjetivos, Pedrão (2015) expõe o caráter social do desenvolvimento como o fator mais relevante entre os demais, supondo que o mesmo impacta em um jogo de disputas que transformam a sua efetivação em uma tarefa extremamente complexa, uma vez que, sendo o fator social a essência da problemática do desenvolvimento, este remeteria necessariamente às lutas de poder no cenário geopolítico mundial, o que torna realmente impossível um direcionamento qualitativo nas condições de desenvolvimento de uma nação sem que esta esteja inserida como protagonista no contexto do jogo mundial de poder. Pedrão (2015) complementa que nos anos 40 do século XX houve efetivamente um reconhecimento generalizado da inserção da questão do desenvolvimento nas disputas globais, uma vez que o imperialismo europeu deu lugar a uma nova ideologia dominante de independência e liberdade às nações do mundo.

Neste contexto pós Segunda Guerra Mundial, a América Latina continuava com papel inexpressivo nestas disputas de poder mundial, já que continuava se caracterizando historicamente pelo seu modelo de exportação primária. Para Pedrão (2015), os latino-americanos continuaram à margem destas disputas de poder, perpetuando-os em um estado de “pobreza aguda e crônica”, longe das movimentações mundiais que possibilitaram a evolução tecnológica e a do capital financeiro.

Na busca por ampliar a visão de crescimento econômico, limitada à análise do Produto Interno Bruto (PIB) e restrita apenas ao aspecto de produtividade de um país, a Organização das Nações Unidas (ONU) através de seu Programa para o Desenvolvimento (PNUD) e com a contribuição do economista indiano Amartya Sen, criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que busca medir o progresso de um país adicionando outros três indicadores de análise: renda, saúde e educação. A tentativa é louvável e ajuda a quebrar um pouco a visão de desenvolvimento apenas pelo viés industrial, mas como o próprio site da ONU⁹ destaca:

Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.

⁹ <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>

Constatado que não há uma forma generalizada de contemplar todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento pleno e, considerando que há diversas realidades e formas em que o desenvolvimento se estabelece, se faz necessária neste estudo uma abordagem da visão histórica da realidade latino-americana, na qual houve um esforço metodológico extremamente qualificado na busca pela identificação dos motivos de seu subdesenvolvimento, situando-a historicamente no contexto das disputas de poder mundial e, por fim, propondo soluções para quebrar as amarras dos países dominantes, com a tentativa de viabilizar um processo de substituição das importações sólido através do desenvolvimento de uma indústria com essência nacional que atendesse o próprio mercado interno.

2.3 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA

A teoria marxista forma um outro expoente da teoria econômica internacional, já que possui uma ênfase fundamentalmente materialista com foco nas lutas de classe. São os interesses de classe que conduzem os rumos da economia, sendo as classes dominantes determinantes no controle econômico e, conseqüentemente, político. Para os marxistas, a economia política internacional não pode ser avaliada de forma subjetiva, ou seja, é necessária uma contextualização histórica, com análise particular de cada evento. Dentro desta perspectiva, conclui-se que o eixo central dos conflitos entre estados é resultado da luta de classes e o reflexo da expansão do sistema capitalista.

A partir desta visão teórica, nota-se que a dialética da dependência nos países periféricos repercute desde o período pós-segunda guerra e é tema ainda frequente nos debates intelectuais latino-americanos. Um destes analistas, Eduardo Galeano (2015, p.48), evidenciou que “a história do subdesenvolvimento da América Latina é parte integrante da história do desenvolvimento do sistema capitalista”. De fato, a essência do capitalismo está na estrutura das relações econômicas internacionais, na qual o desenvolvimento de alguns países acontece necessariamente aliado ao subdesenvolvimento de outros.

A análise da teoria ortodoxa do comércio internacional, como ressaltam Caputo e Pizarro (1971), tem como base a divisão internacional do trabalho seguindo o lema das vantagens comparativas de Ricardo, premissa esta que deveria ser seguida à risca e relegava os latino-americanos à única opção de se especializarem nas exportações de bens primários.

Neste contexto, a CEPAL¹⁰, liderada por Raul Prebisch, voltou suas atenções para solucionar a situação de dependência na qual a América Latina se encontrava perante aos países do centro, e basicamente propôs uma ruptura do caráter monoexportador latino-americano; os produtos primários não seriam abandonados ou perderiam a sua importância, sendo esta exportação essencial para a entrada do capital estrangeiro que financiaria a formação da indústria de bens de capital, além de ajustar o desequilíbrio da balança comercial (CAPUTO; PIZARRO, 1971).

O cenário era extremamente favorável ao longo da década de 1950 para que o projeto da “substituição de importações” e a formação da indústria de bens de capital dessem certo. Segundo Cardoso e Faletto (1970), o desenvolvimento tardio em relação aos países já “modernizados” exigiria uma transição da sociedade tradicional latino-americana para um novo tipo de sociedade moderna. Os moldes desenvolvimentistas deveriam se adaptar ao contexto histórico da região, atendendo a suas particularidades.

O pressuposto geral implícito nesta concepção era que bases históricas da situação latino-americana apontavam para um tipo de desenvolvimento eminentemente nacional. Tratava-se então de fortalecer o mercado interno e de organizar os centros nacionais de decisão de tal modo que se tornassem sensíveis aos problemas de desenvolvimento de seus próprios países (CARDOSO; FALETTTO, 1970):

Seria um ciclo de expansão, no qual o progressivo aumento produtivo industrial, estimulado pelo mercado interno crescente, direcionaria uma diferenciação no sistema produtivo industrial, possibilitando a criação da indústria de bens de capital: o “automatismo do crescimento. (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 12).

Todavia, as tentativas de impulsos nacionais latino-americanos, mais especificamente na Argentina, Brasil e México, em busca da tão aclamada “substituição de importações” e do desenvolvimento das indústrias de bens de capital não foram adiante. As importações foram reduzidas, mas não substituídas, tendo ainda como principais itens da pauta os bens de capital e insumos essenciais para o processo industrial (CAPUTO; PIZARRO, 1971). A carência de uma base tecnológica impediu que o mercado interno fosse atendido nas suas demandas crescentes, já que a indústria nacional também não conseguia produzir adequadamente os produtos manufaturados.

¹⁰ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada no ano de 1948.

Outros dois pontos de destaque para este insucesso, descritos por Cardoso e Faletto (1970), referem-se primeiro à urbanização acelerada, que acontecia mesmo antes da consolidação do processo industrial e que pressionava o mercado interno através de uma demanda cada vez maior por produtos manufaturados, na qual o subdesenvolvimento industrial não possibilitaria o atendimento desta demanda impedindo assim a substituição de importações; e o segundo ponto refere-se à força sindical, com poder e influência para definir questões salariais em âmbitos nacionais, por exemplo.

Com esta realidade exposta, há um antagonismo do processo de industrialização substitutiva na América Latina, que ocorreu através da instalação de empresas subsidiárias dos países do eixo e conseqüente instalação do capital estrangeiro em território latino-americano, passando a ter o controle total também do mercado interno. Para completar, na década de 1960 inicia-se a recuperação das economias europeias após a Segunda Guerra Mundial com novos entrantes do leste asiático.

Para Caputo e Pizarro (1971), nem tudo se perdeu. Apesar da fuga de divisas, houve um aumento da taxa do produto interno bruto na média dos principais países latino-americanos. Tal aumento foi maior do que se esperava, mas foram essenciais para uma reorganização das economias nacionais e a realização de obras de infraestrutura. O que faltou foi uma organização realmente efetiva do sistema político e do sistema social que seriam fundamentais para os planos desenvolvimentistas na América Latina.

Para completar, os efeitos neoliberais intensificaram a divisão internacional do trabalho no mundo a partir do final da década de 1970, reforçando o papel de submissão dos países latino-americanos perante as potências centrais. Para Galeano (2015) a mendicância substituiu o patriotismo bloqueando qualquer chance de desenvolvimento, mantendo-se por consequência a relação de submissão e de interferências externas nas políticas dos países da região.

Em âmbito mais amplo, mas mantendo a linha das relações centro-periferia, Boron (2004) também citou a questão do novo imperialismo no sistema internacional, agora denominado de globalização, considerando que o discurso neoliberal admitia que o fenômeno da globalização tornaria as relações entre países mais igualitárias, não havendo mais relações de dominação entre países. Todavia, a lógica do sistema capitalista se desenvolve da mesma forma ao longo do processo histórico das relações econômicas internacionais: gera desenvolvimento em alguns países e subdesenvolvimento em outros.

Certamente, o que ocorreu foi o inverso do propagado pelos neoliberais, com a globalização ampliando ainda mais o caráter imperialista das relações entre países e intensificando disputas geopolíticas na busca incessante por novos mercados a “colonizar”.

Vale ressaltar que a complexidade dos novos moldes imperialistas impactou no modo de produção capitalista, já que surgem novas formas de acumulação de capital via capital especulativo. À América Latina, periférica, restou submeter-se ao poder do grande capital proveniente das grandes potências.

3 A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E AS NOVAS VIAS DE DESENVOLVIMENTO DO MINÉRIO DE FERRO E DA SIDERÚRGIA

3.1 A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O processo posterior à avalanche inicial da produção industrial na Europa do século XIX chegou ao ápice a partir do momento que os mercados locais ficaram saturados e houve a necessidade natural de uma disseminação de mercadorias para outros mercados consumidores. Assim, a Segunda Revolução Industrial, entre 1790 a 1870, permitiu esse “encolhimento” do mundo para um atingimento a regiões diversas, através da evolução tecnológica dos transportes, com os navios a vapor, o espraiamento das ferrovias, além do aumento da dinâmica das comunicações; vale ressaltar um fator importante para este trabalho que é o desenvolvimento do regimento das commodities, que integrou a mineração com as novas modalidades de transportes mecânicos, direcionando preços internacionais independente de diferenças de mercado e região.

Conforme afirma Pedrão (2017, p.01), “o desenvolvimento da produção industrial é a essência da produção capitalista”, ou seja, após estas duas fases de revolução industrial a indústria passou a se configurar efetivamente como o pilar central da economia mundial, com os direcionamentos políticos agora relacionados totalmente com a economia industrial. Além disto, houve um processo de remodelagem do imperialismo europeu que, conforme destaca Hobsbawn (2014), trouxe à tona a Divisão Internacional do Trabalho, sendo esta uma decisão exclusiva da parcela “desenvolvida” do mundo, transformando a outra parte não desenvolvida em periferia e politicamente dependentes dos desígnios do núcleo duro da política mundial.

Além do fator determinista imposto pelas potências imperialistas ao final do século XIX, havia também um certo conforto das novas elites agrárias latino-americanas, nelas incluída a elite brasileira, as quais identificavam a atividade de produção de produtos primários como a forma mais fácil e cômoda para obtenção de lucros, aderindo a esta realidade de submissão e sem interesse algum em redirecionar os esforços para novas vias de desenvolvimento.

Em termos de produção industrial, havia uma grande concentração do montante produzido no mundo no ano de 1870, sendo os quatro grandes motores da economia industrial responsáveis por 80% do total da produção de manufaturados. Já em 1913 ocorreu uma pequena queda para 72%; todavia a produção representava 5 vezes mais que a do ano de 1870, demonstrando a concentração de bens de capital e o protecionismo já evidente, além de provar

a funcionalidade da divisão internacional do trabalho (HOBBSAWN, 2016). O esforço passou a ser então, no início do séc XX, fazer com que os operários fossem mais eficientes e produzissem cada vez mais, com menos horas trabalhadas e menos custos despendidos, gerando conseqüentemente operações mais lucrativas. As teorias clássicas da administração, por exemplo, surgiram neste contexto, em especial o taylorismo, surgido no ambiente da usina siderúrgica.

Na abordagem da usina siderúrgica, a qual será desenvolvida a seguir, vale ressaltar que o ambiente protecionista ia de encontro as ideias liberais promovidas no ambiente de transição do século XIX para o XX, uma vez que os Estados Unidos, passando por cima de sua lei Antitruste implantada em 1890, adotava práticas protecionistas para o mercado interno, sendo a United Steel, em 1901, a dona de uma fatia de 63% da produção de aço naquele país, e como Hobsbawn (2016, p.74) afirma, havia realmente “uma tendência ao monopólio e oligopólio nas indústrias pesadas, em setores profundamente dependentes das encomendas governamentais”, setores estes em que se enquadram, além da indústria do aço, os de transportes e os setores energéticos, fechando assim a cadeia para o controle do mercado mundial.

3.1.1 A Revolução do Aço

Há cerca de 150 anos, quando Herry Bessemer tornou possível a produção de aço em escala industrial, o mundo e a sociedade foram transformados bruscamente, gerando uma “Revolução do Aço”. O aço esteve lado a lado à evolução tecnológica e passou a fazer parte do cotidiano dos indivíduos a partir do século XX; um “retrato” da vida moderna por todas as suas aplicações que evoluíram ao longo dos últimos 150 anos e que seguem em uma contínua expansão. Antes da aqui denominada “revolução do aço”, sua usabilidade era ainda restrita à fabricação de armas, com uma confecção artesanal bastante lenta e limitada aos grupos dominantes e com força de exército.

Segundo Beddows (2014) existiam métodos na antiguidade em que eram usadas grandes fornalhas para forjar o aço, como exemplos históricos no leste da África há cerca de 2.000 anos atrás. Há também descobertas arqueológicas que identificaram a produção de aço na Anatólia, área que hoje equivale à Turquia, na qual os Hititas criaram um processo rudimentar de industrialização de aço que aquecia minério de ferro com carvão vegetal em buracos cavados no chão, obtendo uma espécie de massa pastosa, para que posteriormente fossem retiradas as escórias e as impurezas. Como citado, o uso era quase que exclusivamente direcionado para a forja de armaduras, punhais e espadas sendo o Império Romano um dos grandes usuários, já

que fabricava seu armamento em aço desde 1.400 a.C. Na China, a Dinastia Han criou uma produção de aço misturando ferro forjado com ferro fundido (BEDDOWS, 2014).

O primeiro indício histórico da produção de aço carbono foi no Sri Lanka, no qual o método usado era uma fornalha de vento, que usava o vento das monções. O aço carbono é a evolução da produção do aço da Idade Média, pois possui uma composição que atende requisitos de resistência mecânica, o qual especificaremos mais adiante (SILVA, 2017).

No período entre Guerras, no século XX, o mercado de bens de consumo explodiu a demanda por aço carbono no mundo. Itens como carros, eletrodomésticos, além da formação das novas cidades, foram os grandes alavancadores para a expansão do mercado mundial de aço. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a indústria do aço alavancou sua produção focada totalmente no segmento militar e, aliada às novas tecnologias de guerra, tornava possível a fabricação de novos armamentos, aviões, bombas e tanques de guerra. Ao fim do confronto, com a efetivação do Plano Marshall para a reconstrução do continente europeu financiado pelos países aliados e vencedores da Guerra, o aço alçou patamares estratégicos e geopolíticos (BEDDOWS, 2014).

Seu componente geopolítico veio através do primeiro esboço de integração regional, no ano de 1951, quando foi criada a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, inicialmente visando controlar a produção da Alemanha e França. O “pai” do acordo foi o ministro francês das Relações Exteriores, Robert Schuman, que declarou que (WAGNER, 2017, p.1):

A Europa não surgirá de repente nem por meio de uma simples junção. Ela surgirá por meio de medidas concretas que promovam, antes de tudo, a solidariedade. A unificação da Europa exige que se ponha fim à oposição de séculos entre França e Alemanha. Por isso nossos esforços devem, em primeira linha, se voltar para a França e a Alemanha.

O acordo foi assinado por outros países além da França e Alemanha, entre eles Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, tendo proposta de viabilizar um mercado livre sem taxações para a importação e a exportação de aço e carvão, com uma administração conjunta, e envolvendo dois inimigos de guerra em uma colaboração mútua por uma indústria que, curiosamente, também poderia viabilizar a fabricação de armamento de guerra (WAGNER, 2017).

Mesmo com o surgimento de uma União Européia embrionária, os Estados Unidos não possuíam adversários na indústria do aço no mundo. Segundo Mihn (2018), três quartos da produção mundial de aço no período do pós-Segunda Guerra era do país norte-americano e seu grande braço industrial, a U.S. Steel, não enfrentava desafios nem concorrentes, sendo um dos grandes motores do Plano Marshall no pós-guerra. Além da U.S. Steel, outras duas grandes indústrias siderúrgicas também dos Estados Unidos, a Bethlehem e a Republic, formavam um seleto grupo da indústria do aço no mundo, denominado como “*Big Three*” (WARRIAN, 2014).

A United States Steel Corporation, ou U.S. Steel, foi fundada no ano de 1901, como uma junção de duas outras grandes indústrias dos Estados Unidos, a Carnegie Steel e a Federal Steel Company, tendo impulso de capital privado do empresário JP Morgan que se aliou a Andrew Carnegie formando assim a primeira corporação com capital de um bilhão de dólares dos Estados Unidos (BEDDOWS, 2014). A U.S. Steel dominou o mercado de aço na primeira metade do século XX, e até então era o modelo de empresa a ser seguido disseminando ao mundo seu caráter inovador

Voltando à realidade europeia no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o continente havia sido arrasado pela guerra e precisava de aço para a sua reconstrução, com o agravante que seu parque industrial estava completamente destruído. O que era até então um caminho livre para a atuação da U.S. Steel transformou-se em oportunidade para os países europeus. Além da supracitada criação da Comunidade Européia de Carvão e Aço, começaram novos experimentos com formas de produção de aço diferentes das tradicionais. Na cidade de Linz, na Áustria, iniciou-se uma tentativa de se utilizar oxigênio diretamente no metal fundido, método que ficou conhecido como “Processo de Oxigênio Puro” (MIHN, 2018). O experimento foi um sucesso e a produção em escala começou em 1952, na siderúrgica VOEST. Segundo Mihn (2018), Linz virou uma espécie de Mecca do aço, com muitos empresários visitando a fábrica para entender melhor o novo processo, que produzia aço com custos cinquenta por cento menores que nos métodos tradicionais.

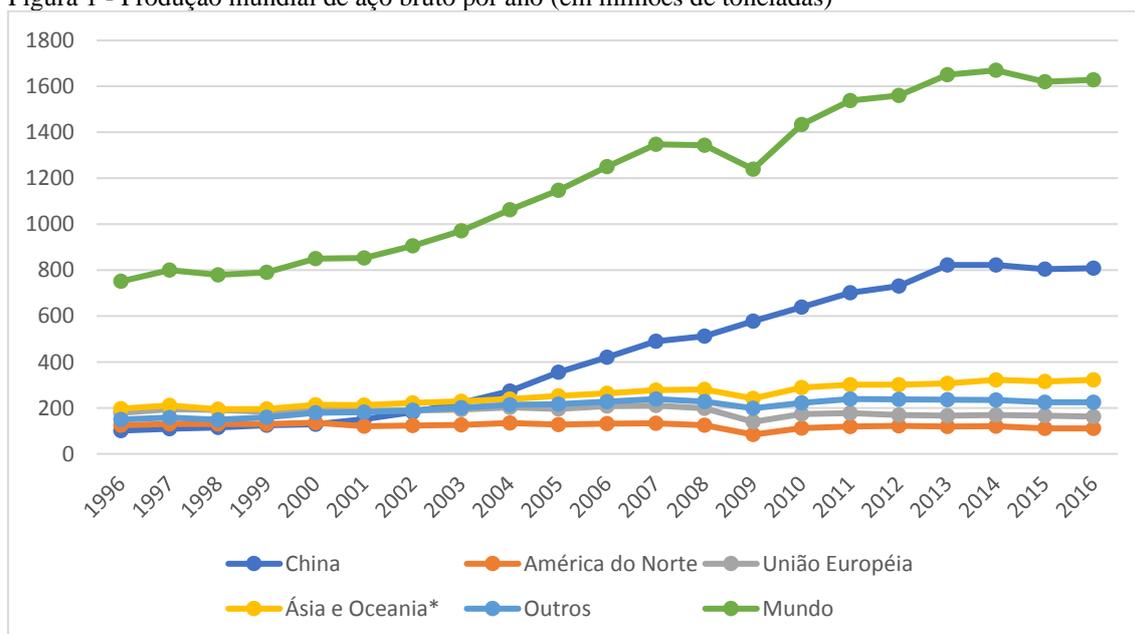
O mercado siderúrgico sofreu uma grande reviravolta, uma vez que as fornalhas que utilizavam o “Processo de Oxigênio Puro” viabilizavam a produção de mini-plantas industriais e com uma produção quatro vezes maior que o modelo tradicional, desestabilizando a concentração do volume produzido pelas “*Big Three*”, migrando para um mercado totalmente pulverizado com um número de *players* muito maior e com plantas industriais de menor porte e mais enxutas, que passaram a fazer parte do até então seleto mercado siderúrgico: foram chamadas de *mini-mills* (WARRIAN, 2012).

3.1.2 Mercado Mundial do Aço

Beddows (2014) afirma que a indústria siderúrgica é uma operação bastante volátil e que, no contexto atual, não se configura como uma operação auto-sustentável. Os motivos estão nas oscilações frequentes da sua principal *commodity*, o minério de ferro, e a recessão mundial que afetou a demanda de aço no mundo, que vinha em crescente desde os primeiros anos da década de 2000, conforme a Figura 1. O que também chama a atenção neste gráfico é a crescente participação percentual da China na produção mundial de aço. Os chineses representavam apenas 13% da produção mundial em 1996 e, em exatos 17 anos depois, no ano de 2013, passou a representar 50% de toda a produção mundial e já dita as regras neste mercado, impactando as outras indústrias do setor ao redor do mundo.

Outros fatores que contribuem para a volatilidade do mercado de aço na atualidade são: (a) a sobrecapacidade, com o excesso de capacidade de produção instalada no mundo e a decisão por se manter alto níveis de estoque esperando uma recuperação do mercado; (b) preços e volumes voláteis, que é reflexo desta sobrecapacidade e da extrema necessidade de escoar aço no mercado; e (c) diferenças de competitividade, que ocorrem pelas diferenças de condições de produção para cada indústria em seu respectivo país-sede, através de diferentes políticas comerciais e fiscais (BEDDOWS, 2014).

Figura 1 - Produção mundial de aço bruto por ano (em milhões de toneladas)



Fonte: Worldsteel.org (2018).

O aço há uma grande pulverização de empresas produtoras, sendo a tendência de fusões e aquisições na indústria siderúrgica bastante frequente. Após a década de 1990, as empresas deixaram de ser braços do Estado e transformaram-se em corporações de capital privado, o que promoveu muitas fusões e incorporações, mas como suas bases não precisam necessariamente estar em um local que há fontes de recursos naturais como no caso das mineradoras, ficam assim espalhadas por todo o mundo (WARRIAN, 2012).

A *ArcelorMittal* é a maior empresa do mundo representando 8% da capacidade de produção de aço bruto, conforme Tabela 1. Foi formada através de uma fusão, no ano de 2006, entre a indiana *Mittal* e a *Arcelor*, de Luxemburgo. À época, a oferta da *Mittal* foi considerada pela comissão executiva da *Arcelor* como uma oferta hostil, uma vez que apenas informou que compraria as ações da *Arcelor* no mercado de capitais por cerca de 18,6 bilhões de Euros, o que garantia o controle acionário da *Arcelor* (WARRIAN, 2012).

No Brasil, a *ArcelorMittal S.A.* é composta pelas antigas operações da Belgo Mineira, que foi a primeira usina siderúrgica instalada no país em 1957, a Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), Vega do Sul e Acesita, o que equivalia, no ano da aquisição pela *Mittal*, a aproximadamente 30% do mercado brasileiro de aço. Recentemente, a *ArcelorMittal* comprou a operação de aços longos da Votorantim, a Votoração, tornando-se assim a detentora da maior participação no mercado de aço brasileiro (MITTAL, 2018).

Tabela 1 – Top 5 da produção de aço mundial em 2016

Ranking	Companhia	Volume (Mt*)
1	Arcelor Mittal	95,45
2	China Baowu Group	63,81
3	HBIS Group	46,18
4	NSSMC Group	46,16
5	Shagang Group	41,56

Fonte: Worldsteel Association.

Nota: * Em milhões de toneladas.

A empresa brasileira mais bem posicionada é a Gerdau, na décima oitava posição, com um volume de produção anual de 15,95 milhões de toneladas. Além das usinas siderúrgicas no país, a Gerdau possui operações em toda a América Latina e é proprietária de ativos importantes nos Estados Unidos, como a Ameristeel, uma das principais usinas siderúrgicas em território americano (GERDAU, 2008). Outras empresas brasileiras figuram-se no ranking de maiores siderúrgicas do mundo, como a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS), na 78ª. Posição com produção no ano de 2016 de 4,06 milhões de toneladas, empatada com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com produção em 2016 de 4,06 milhões de toneladas (WORLDSTEEL, 2018)

3.2 O MINÉRIO DE FERRO

A chave para a produção do aço é o minério de ferro, matéria-prima essencial para o processo siderúrgico. Não é possível encontrar o ferro em sua forma básica na natureza, mas através dos seus minérios, sendo os principais a hematita (Fe_2O_3) e magnetita (Fe_3O_4). Os minérios que existem na natureza possibilitam a obtenção de outros metais, como cobre, prata, zinco e chumbo. O termo que define a área que abrange o estudo das transformações destas obtenções dos metais é a metalurgia, sendo a siderurgia um dos seus ramos. A palavra siderurgia vem do grego “trabalho feito sobre o ferro” e trata de todos os modos pelos quais ferro e aço são obtidos a partir dos seus minérios (GERDAU, 2008).

A extração destes minerais é feita de formações geológicas ferríferas, da era pré-Cambriana, datadas de 600 milhões de anos de idade, sendo posteriormente processado pelas mineradoras e comercializado com as siderúrgicas. À época do processo Bessemer, descrito anteriormente, os altos graus de hematita com teor de ferro na faixa de 58 a 64 por cento de ferro, eram imprescindíveis para a produção do aço e assim podiam ser usados diretamente nos alto-fornos das siderúrgicas (WARRIAN,2012). O esgotamento das reservas com alto teor de ferro, aliada às inovações tecnológicas na produção de aço advindas da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, tornaram possíveis o processamento também da magnetita, o que se permitiu a exploração mundial de minas com teores mais baixos de ferro – a magnetita possui uma índices entre 25 e 40 por cento de ferro (WARRIAN, 2012).

A região de Pilbara, no Oeste da Austrália, possui grandes reservas de hematita com alto teor de ferro representando 90% das exportações do minério de ferro australiano. Em compensação, a maior mina de minério de ferro do mundo fica no Brasil, a reserva dos Carajás,

situada na cidade de Parauapebas no sul do Estado do Pará, e é operada pela empresa Vale (BEDDOWS, 2014).

3.2.1 O Mercado mundial de minério de ferro

O ano de 2004 tem significado emblemático para o minério de ferro. A corrida chinesa na produção de aço pode ser descrita como o principal movimento no mercado mundial que alçou o minério de ferro como uma das commodities mais relevantes do mundo. A Figura 2 demonstra a evolução dos preços do minério de ferro a partir do ano de 2004, atingindo seu pico em fevereiro de 2011 quando chegou a valer US\$ 187 por tonelada, contra US\$ 16,39 a tonelada em fevereiro de 2004, uma evolução impressionante de 1.041%.

Figura 2 – Evolução do preço de minério de ferro em us\$/dmt (1980-2015)



Fonte: Worldsteel.org (2013).

A concorrência mundial no mercado de minério de ferro se estabeleceu através de quatro grandes corporações que praticamente controlam o mercado desta commodity no mundo: Vale, Rio Tinto, BHP e a australiana Fortescue Metals Group, que segundo o portal de notícias Infomoney (2017), englobavam uma fatia de mercado no ano de 2014 na faixa de 71%.

Tal concentração se reflete pela incompatibilidade entre oferta e demanda, uma vez que a produção de minério de ferro vem superando a demanda, o que gera uma pressão nas empresas menores. A opção em não reduzir a produção só é possível na prática pelo fato das quatro empresas que compõem o oligopólio do minério de ferro conseguirem trabalhar com custos operacionais menores que as demais, possibilitando uma negociação ainda baseada em uma margem média, mesmo com preços em patamares mais baixos.

A queda nos preços é também um resultado provocado pelas próprias mineradoras, já que as de maior porte e com custos menores, mesmo com a retração do crescimento chinês, mantiveram e até aceleraram seu ritmo de produção, gerando excedentes. Este tipo de estratégia não se sustenta na prática por muito tempo, e as empresas acabam sinalizando resultados em queda, reforçando a necessidade de uma recuperação nos níveis de preço para que as operações voltem a ser rentáveis (INFOMONEY, 2014). Ainda segundo o portal Infomoney (2014), BHP e Rio Tinto geraram em 2015 o nível de retorno mais baixo sobre suas ações desde o ano de 1980 e especialistas já determinam que já era o momento para que estas empresas mudem suas abordagens atuais, focadas diretamente na oferta. Na Austrália, por exemplo, empresas mineradoras de menor porte solicitaram uma investigação ao governo local para apurar ilegalidades nos moldes em que tal expansão produtiva de minério de ferro está ocorrendo. Na realidade de mercado atual, a tendência é que mineradoras de menor porte demorem ainda algum tempo para conseguirem se consolidar, sendo preciso uma administração focada na relação: maior produtividade *versus* menores custos possíveis.

3.2.2 O Minério de Ferro no Brasil

A história do minério de ferro no Brasil remonta ao período colonial, bem no início da ocupação portuguesa no século XVI quando começou efetivamente a exploração mineral no solo brasileiro. Além de ouro, diamante e prata, os portugueses também extraíam o ferro pois já havia demanda para o processo de fabricação armamentista, se configurando já naquele momento como uma atividade bastante lucrativa (SILVA, 2011).

As áreas de exploração do minério de ferro no Brasil se concentram em três grandes minas (IBRAM, 2018):

- Serra dos Carajás, no centro-sul do Estado do Pará: A Reserva dos Carajás foi descoberta na década de 1960 pelo grupo norte-americano US Steel e por questões da legislação brasileira vigente, teve que cedê-la ao governo do Brasil para que este explorasse as terras. Não era uma reserva exclusiva de minério de ferro e possuía minerais como níquel, cobre, estanho e ouro. A Vale do Rio Doce (hoje Vale), empresa estatal à época, passou então a explorar a maior reserva de ferro do mundo e a que possuía também o maior grau de pureza.
- Quadrilátero Ferrífero, situado no Estado de Minas Gerais: Região de relevante importância na extração de minério de ferro, localizada no sul do Estado de Minas Gerais. Responsável por atrair importantes siderúrgicas para a região, representando uma fatia de cerca de 20% do PIB do Estado, entre extração mineral e indústria de transformação, enquanto no Brasil esta fatia gira em torno de 15%¹¹.
- Maciço do Urucum, no Estado do Mato Grosso do Sul: Situada às margens do Rio Paraguai tem produção mediana de minério de ferro, além de contar também com uma pequena reserva de manganês.

Em relação às companhias que exploram o minério de ferro nacional, a Vale tem preponderância no cenário brasileiro, representando relevantes 80% do total da produção nacional¹², sendo os outros 20% da fatia divididos entre a Usiminas, MMX, CSN. A Samarco, com controle compartilhado entre a Vale e a australiana BHP Billiton, também possuíam uma participação ao redor de 6% na extração, mas o rompimento da barragem em Mariana-MG e o desastre ambiental ocasionado, fez com que a empresa interrompesse suas atividades por tempo indeterminado (IBRAM, 2018).

A empresa Vale, com sede no Brasil, é a maior produtora do mundo de minério de ferro e registrou no ano de 2017, segundo a agência REUTERS (2018), uma produção total de 366,5 milhões de toneladas. Fundada em 1942 com recursos do Tesouro Nacional, passou 55 anos sob controle estatal e foi privatizada em 1997 durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Em relação ao minério de ferro, passou a extrair o mineral da Reserva dos Carajás em 1985, sendo que no ano posterior, em 1986, foi o primeiro ano de extração em grandes quantidades, totalizando cerca de 13 milhões de toneladas de minério de ferro (VALE, 2018).

¹¹ Governo de Minas Gerais, 2012.

¹² Fonte: tecnicoemmineracao.com.br, 2016.

3.2.3 Investidas estrangeiras no minério de ferro brasileiro

A cobiça estrangeira pelo minério de ferro do Brasil não é nada recente na história do país e poderíamos regressar para o período da colonização portuguesa no século XVI e XVII e resgatar as incursões dos Bandeirantes que desbravaram o interior do país em busca de reservas de minerais em geral. Todavia, o foco é basicamente as investidas mais recentes, com as tentativas estrangeiras em explorar as reservas de minério de ferro brasileiras no século XX, necessidade esta aliada ao aumento da demanda de aço e ao processo do capital transnacional que buscava novos espaços de acumulação.

Conforme citado anteriormente, a grande reserva brasileira dos Carajás, no Estado do Pará, foi descoberta pela empresa de capital norte-americano US Steel, que estava sobrevoando a região para tentar descobrir reservas de manganês e, por acaso, teve que realizar um pouso forçado por conta do excesso de poeira que prejudicava a visibilidade. O geólogo a serviço da empresa dos Estados Unidos era um brasileiro, que ficou surpreso com clareira em que pousaram e logo observou que a vegetação estranha era uma reserva de minério de ferro. Apesar da versão oficial relatar a descoberta como mera obra do acaso, há relatos que a US Steel sabia exatamente o que estava fazendo e conhecia as reservas minerais na região central do Pará (LOPES, 2016). Galeano (2015) também refuta a hipótese da descoberta como um acaso.

A tentativa da siderúrgica US Steel em assumir o controle da exploração da reserva dos Carajás foi frustrado pela legislação brasileira à época, sendo o empresário Eliezer Batista considerado como um dos grandes responsáveis por nacionalizar a reserva e dar posse da mesma à estatal Vale do Rio Doce, sendo executivo da mesma ao longo de toda a década de 1970, saindo em 1979 e regressando posteriormente nos momentos finais da companhia como propriedade do governo brasileiro, para trabalhar na transição da empresa para o capital privado em 1997, conforme destacado na Revista do Aço (2012).

Resgatando o processo histórico após a descoberta da U.S. Steel, foi a vez da tentativa de um país do leste asiático, na década de 1970, investir em projetos minerais fora do seu território: o Japão. Arrasado pela derrota na Segunda Guerra Mundial, os japoneses conseguiram se reerguer de forma extraordinária, reconstruindo suas indústrias e partindo para a busca de parceiros comerciais na América do Sul, neste caso específico o Brasil. Assim, os japoneses buscaram participação na exploração dos recursos brasileiros como o minério de ferro e o alumínio, por exemplo, a partir da formação de *joint ventures*¹³ com o intuito de garantir o

¹³ Aliança entre duas empresas ou mais, por tempo determinado, para um projeto ou objetivo específico, unindo recursos e dividindo os rendimentos.

suprimento das matérias-primas necessárias para a sua indústria. Os brasileiros, em contrapartida, tinham o interesse em garantir um mercado certo para o escoamento da sua produção de bens primários. Os japoneses perceberam que, além da exploração do minério de ferro em si, tinham caminho livre para explorar todo o processo paralelo à extração e criaram outras *joint ventures* para também fatiar os processos de logística, entrepostagens, indústrias intermediárias, empresas atacadistas e até bancos de financiamento (FUJITA, 2011).

O investimento japonês mais notável já estava em curso no território brasileiro, quando a gigante indústria japonesa de aço Nippon Steel firmou acordo para a fundação da Siderúrgica Usiminas, que entrou em operação no ano de 1962, de acordo com Fujita (2011). Os japoneses logicamente optaram por um local de implantação conveniente com as possibilidades de exploração mineral, que é o Estado de Minas Gerais, outro grande polo mineral do Brasil. A Usiminas é uma das principais usinas do setor siderúrgico no Brasil, especializada na fabricação de aços planos (chapas, bobinas para eletrodomésticos, automóveis, entre outras aplicações), ramo este que se posiciona como a maior da América Latina. A Nippon Steel ainda é hoje a maior controladora da siderúrgica de Minas Gerais (Revista do Aço, 2012).

A segunda crise do petróleo prejudicou os investimentos japoneses no Brasil, que passaram a cessar gradativamente, além das incertezas econômicas brasileiras ao final da década de 1970, inibindo cada vez mais os aportes de capital japonês no país. Assim o Brasil passou de um parceiro com grande potencial econômico a um projeto malsucedido de política externa japonesa (FUJITA, 2011). O Japão abandonou então o Brasil e a atenção agora estava voltada para a entrada de um novo ator no mercado mundial no ano de 1979: a China.

3.6 O SOFT POWER E O NEOCOLONIALISMO CHINÊS

Os dados de aço e minério direcionam inevitavelmente para uma análise do papel da China na nova ordem econômica mundial que agora, além de protagonista como país motor da economia no mundo, vêm chamando a atenção por serem os novos colonizadores dos chamados “países em desenvolvimento”, assumindo o papel que as potências europeias tinham até o início do século XX. As formas do chamado neoimperialismo chinês possuem algumas mudanças em relação ao imperialismo clássico do século XIX. Segundo Klare (2012), a abordagem da China no continente africano como seu primeiro grande alvo de exploração econômica se deu através de financiamentos para dinamizar a economia local, que estavam quase totalmente concentrados em infraestrutura, um dos principais problemas dos países menos desenvolvidos, além de financiar a agricultura e investir em empresas privadas de pequeno porte.

Klare (2012) considera que há uma pequena diferença entre o imperialismo clássico europeu e o chamado novo imperialismo da China: no caso chinês, há uma abdicção em interferir nos assuntos internos dos países “colonizados”, fator este que era comum no imperialismo clássico europeu. Todavia, acabam encontrando um caminho semelhante para conseguir explorar os recursos naturais, pois encontram governos autoritários ou de democracias em construção, possibilitando condicionar a entrada chinesa ao atendimento de interesses pessoais das elites comandantes do referido país. Estes acabam cedendo assim às pressões externas sobre a soberania e permitindo a livre exploração dos recursos naturais. A base da política externa chinesa vem sendo a garantia do auto suprimento de matérias-primas para garantir tanto o atendimento às demandas internas, de sua população superior a 1 bilhão de habitantes, como para suprir sua indústria exportadora, que busca um progressivo aumento de participação no mercado internacional tendo em vista sua grande competitividade perante aos concorrentes no mundo.

Neste contexto de uma economia global e interconectada, percebe-se que o que aconteceu não foi uma globalização que planificou o mundo como Friedman (2007) retratou, mas sim uma interdependência sem precedentes, gerando processos divergentes de desenvolvimento mundo a fora principalmente no quesito dos rumos para a indústria. Arrighi (2008) destaca que as velhas indústrias nacionais são substituídas por indústrias que já não mais utilizam matérias-primas nacionais, mas de outras regiões “especializadas”, assim como o que é produzido nestas indústrias, também já não atendem exclusivamente os mercados onde estas estão estabelecidas, mas onde o mercado e o preço estiverem mais propícios para sua comercialização. E é exatamente assim que a China conduz, portanto, a sua estratégia para alcançar a supremacia econômica mundial. O advento da nova rota da seda, anunciada pelo presidente chinês Xi Jinping em 2017 (Agência EFE; Portal G1, 2017), resgata o espírito das caravanas terrestres e rotas marítimas promovidas para desenvolver a ligação comercial entre leste e oeste, na Idade Média, e promete agora um investimento inicial em infraestrutura de US\$ 70 bilhões, sendo US\$ 14,5 bilhões do governo e US\$ 55 bilhões em empréstimos de dois bancos nacionais.. Ou seja, conforme o próprio XI Jinping afirma, “a História é a melhor mestre” (AGÊNCIA EFE; Portal G1, 2017).

3.3 OS BRICS E O AVANÇO CHINÊS NO BRASIL

Apesar de ter surgido como uma espécie de tentativa de direcionamento econômico por um executivo de um banco relevante na economia mundial à época, os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China)¹⁴ tomaram uma proporção muito maior do que até o próprio analista da Goldman Sachs sonhou. Ele argumentou em seu estudo publicado em 2001, "*Building Better Global Economic BRICs*", sobre os motivos que o fizeram juntar um novo grupo de países emergentes como a nova força motriz da economia mundial nos 2000:

[...] imagine o contexto em que concebi esta ideia. Foi logo após o 11 de setembro. Os atentados terroristas em Nova York e Washington fortaleceram a minha crença de que a dominação dos países ocidentais precisava se superada ou pelo menos complementada por alguma outra coisa. [...] Pareceu-me que, puramente por conta de seu tamanho e populações, a China, a Índia, a Rússia e o Brasil tinham potencial econômico. O que os mercados emergentes têm em comum - além de sua desconfiança em relação ao Ocidente - é o seu futuro brilhante. (O'NEILL 2001 apud STUENKEL, 2017).

Jim O'Neill era o chefe de pesquisa econômica da Goldman Sachs e focou sua análise apenas em questões econômicas como taxas de crescimento do PIB, PIB per capita, além do tamanho populacional. Por este motivo pode-se interpretar que, com a estagnação da economia norte-americana, englobar países com fortes sinais de crescimento econômico traria novos espaços de exploração necessários à transição dos ciclos capitalistas na tentativa de reverter a crise nos rumos neoliberais, principalmente no quesito da habitação com a explosão da "bolha" imobiliária que configurou a denominada crise do *subprime* nos Estados Unidos (STUENKEL, 2017).

Outro relatório da Goldman Sachs datado de 2003 era mais profético e fazia uma previsão mais a longo prazo afirmando que em 2050 os BRICs seriam mais robustos economicamente que o G6 (EUA, Reino Unido, Alemanha, Japão, França e Itália). Essa análise teve um impacto muito maior que a primeira de 2001, dando também um cunho político ao termo BRICs e sendo decisiva para que o mercado financeiro e os investidores ao redor do mundo dessem ainda mais atenção a estes países (STUENKEL, 2017).

Reflexo desta notação política dada aos BRICs, Stuenkel (2017) descreveu sobre a realização da primeira cúpula entre os países do grupo em 2009, na Rússia, com participação dos presidentes dos quatro países que discutiram assuntos de relevância econômica, como

¹⁴ O "S" da África do Sul (South Africa) só entrou na sigla a partir de 2011 e é visto apenas como uma forma política para incluir um país da África, também em desenvolvimento, para completar a lista.

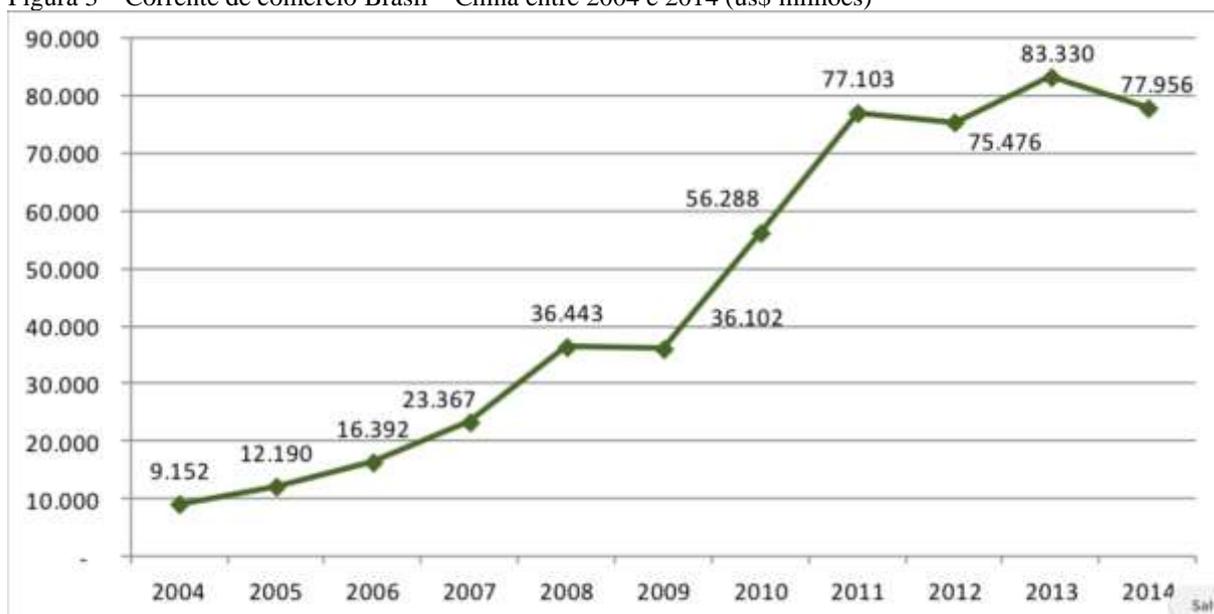
agricultura e energias renováveis, e de questões de cunho político como a inserção dos países em desenvolvimento nas instituições internacionais, buscando uma maior participação no processo decisório conjunto. Em 2010, a segunda cúpula dos BRICs voltou a reunir os líderes dos quatro países, e passou a defender comércio bilateral com moedas locais entre os países do grupo.

A recessão da economia pós-2008 fez a notoriedade do grupo esfriar, com cada qual seguindo um rumo próprio e tratando de interesses particulares no cenário internacional. Focalizando especificamente duas forças dos BRICS, China e Brasil, é perceptível como estes dois países aproveitaram de forma diferente a alavancagem da economia nos 2000, diferindo no uso dos recursos nas políticas internas no direcionamento em relação ao papel de suas políticas externas.

3.3.1 Comércio Bilateral China x Brasil

Apesar da abertura chinesa ao mundo ocorrer a partir de 1979 e posteriormente com entrada na OMC no início da década de 1990, as relações bilaterais chinesas com o Brasil começaram efetivamente a partir do ano 2000. A Figura 3 demonstra a evolução da relação China-Brasil entre 2004 e 2014, sinalizando o crescimento nos volumes de comércio entre os países.

Figura 3 – Corrente de comércio Brasil – China entre 2004 e 2014 (us\$ milhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) (2016).

O fluxo de comércio teve seu ápice no ano de 2013, com um volume de R\$ 83 bilhões, um aumento impressionante de 810% em um intervalo de 9 anos apenas, o que fez a China ocupar o posto de principal parceiro comercial brasileiro. Mas é interessante olhar a pauta de produtos envolvidos nesta relação comercial, na tabela 2:

Tabela 2 – Pauta de exportação – 2013 x 2014

Exportações	2013		2014		Var. (%) US\$	Var. (%) Ton (mil)	Participação na pauta em 2014 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Soja, mesmo triturada	17.148	32.252	16.615	32.664	-3,1%	1%	40,9%
Minérios de ferro e seus concentrados	15.933	170.709	12.303	179.877	-22,8%	5%	30,3%
Óleos brutos de petróleo	4.035	5.976	3.473	5.576	-13,9%	-7%	8,6%
Celulose	1.347	2.681	1.424	3.061	5,7%	14%	3,5%
Açúcares	1.432	3.496	880	2.282	-38,6%	-35%	2,2%
Couros e peles, não preparados	429	187	554	188	29,1%	1%	1,4%
Carne de aves	441	190	519	228	17,7%	20%	1,3%
Ferro-ligas	497	57	504	42	1,4%	-26%	1,2%
Óleo de soja	517	529	340	396	-34,3%	-25%	0,8%
Tabaco não manufaturado	454	56	334	44	-26,5%	-22%	0,8%
Algodão, não cardado nem penteado	189	96,6	333	180,6	75,8%	87%	0,8%
Pasta química de madeira, para dissolução	230	273	282	310	22,8%	14%	0,7%
Couros preparados	210	14	271	15	29,3%	14%	0,7%
Cobre afinado e ligas de cobre, em formas brutas	587	80	256	36	-56,5%	-54%	0,6%
Outros	2.577	-	2.529	-	-1,9%	-	6,2%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) (2012).

Nesta tabela 2, nota-se claramente que os principais produtos exportados pelo Brasil para a China são bens primários, a soja na primeira posição representando 40,9% do total de todos os produtos e o minério de ferro em segundo lugar, representando 30,3%, ou seja, só estes dois produtos representam um total de 71,2% de toda exportação entre Brasil e China.

Na mesma tabela pode ser observado que o volume exportado de minério de ferro foi maior em 2014 do que em 2013, totalizando porém um menor montante em valor, o que se explica pela queda no preço do minério de ferro no mercado internacional, que pode ser visto anteriormente na figura 1, no qual os preços eram em dezembro de 2013 R\$ 135,79/tonelada, e caíram bruscamente em 2017 para R\$ 68,8/tonelada, uma queda de 49,3%.

4 A REALIDADE ECONÔMICA DA BAHIA: DA BONANÇA AO DESESPERO

Diante de toda a perspectiva histórica e setorial desenvolvida até aqui, passa-se a tratar agora a realidade do Estado da Bahia, abrangendo a relação temporal dos direcionamentos das políticas públicas interligadas aos processos políticos e econômicos do país, na tentativa de dinamizar a atividade econômica na região. Nesta visão, é importante se estabelecer um panorama em dois momentos distintos ao longo dos últimos dez anos, entre 2007 e 2017, no qual a Bahia viveu dois momentos distintos na sua atividade econômica, com duas formas também diferentes de como o governo baiano conduziu sua estratégia de relações internacionais : (a) entre 2007 e 2014, representando um período de grande bonança econômica, reflexo de uma política nacional que estimulava o consumo através de acesso fácil ao crédito, dinamizando o mercado interno e primando pela execução de grandes obras de infraestrutura. Este período foi também reflexo do aquecimento da economia mundial e dos megaeventos ocorridos no país, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, que estimularam investimentos tanto públicos como privados para a construção civil. A pressão pela necessidade de novas unidades habitacionais, como o programa Minha Casa Minha Vida por exemplo, também teve destaque na geração de empregos tanto na capital, Salvador, como no interior do Estado da Bahia, além de muitos outros programas populares concentrados na geração de energia, o Luz Para Todos, e na dinamização de setores agrícolas e minerais; (b) entre 2015-2017, com a explosão da crise política em paralelo a uma recessão econômica em âmbito mundial, com o fim das grandes obras de infraestrutura no país e na Bahia, crédito fácil descontinuado e consequente retração do mercado interno.

Ao longo destes dois períodos, houve um grande entusiasmo de empresários estrangeiros para participar de projetos na Bahia, um dos pontos retratados na entrevista realizada com a Assessora de Relações Internacionais do gabinete do governo do estado da Bahia, Fernanda Régis (informação verbal)¹⁵, que descreveu passo-a-passo a atuação internacional governamental de 2007 até 2017, quando a entrevista foi realizada. O interesse externo, mais especificamente dos chineses, repete de certa forma as investidas que ocorreram na década de 70 no Brasil por parte dos japoneses e relatadas no capítulo 3, que não pretendiam apenas investir em um negócio específico, mas participar de toda a cadeia buscando o controle do processo como um todo.

¹⁵ Entrevista realizada em 12/07/2018.

4.1 PERÍODO ENTRE 2007-2014: BAHIA, O NOVO *EL DORADO*

O primeiro período destacado, que compreende os anos entre 2007 e 2014, foi de grande atividade econômica no Estado da Bahia e, em paralelo, a área de relações internacionais do governo se preocupou em aproveitar tal período para promover ações que viabilizassem a atração de capital externo, ações estas direcionadas a diversos setores da economia baiana. A proposta do governo em focar seus esforços para dinamizar o interior do estado rendeu frutos eleitorais e manteve o mesmo grupo político no comando. O período entre 2007 e 2014 é justamente referente aos 8 anos de mandato do governador Jaques Wagner, que teve papel expressivo na inserção internacional da Bahia para torná-la um centro de aporte de capital privado de investidores de todas as partes do mundo.

4.1.1 Estrutura Internacional do Governo da Bahia

Esta movimentação internacional do governo baiano foi explicada por Fernanda Régis, Assessora de Relações Internacionais do Governo do Estado da Bahia, em entrevista realizada no dia 4 de julho de 2017, na qual descreveu o histórico do gabinete, as ações internacionais realizadas até aquele momento e as perspectivas para o futuro.

Fernanda iniciou relatando sobre as mudanças da estrutura que ocorreram a partir do início do Governo Jaques Wagner. Antes dele, cada secretaria tinha sua atuação de forma descoordenada, sendo a Secretaria de Planejamento a responsável pela captação de empréstimos com o Banco Mundial ou com o BID, por exemplo. A atuação de fato como estado de forma estruturada não era comum e só se constituiu a partir do governo Wagner, quando foi instituída em 2005, uma Secretaria Municipal de Relações Internacionais. No ano de 2007 foi aprovado um decreto pelo governo baiano que criava enfim uma assessoria de Relações Internacionais ligada ao gabinete do Governador, entrando em atividade efetivamente em 2008.

Outra estrutura que funcionava em paralelo à estrutura governamental era o PromoBahia, que foi concebido na década de 1970 e estabelecia uma relação entre governo e setores empresariais da Bahia, com o intuito exclusivo de promover as exportações da região, e focando em empresas de pequeno e médio porte, concentrada apenas no estímulo à exportação de produtos baianos. Seu fim ocorreu em 2010, devido a uma “[...] impossibilidade jurídica do Estado em continuar a aportar recursos numa entidade privada, em conformidade com diversos posicionamentos da Procuradoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado”,

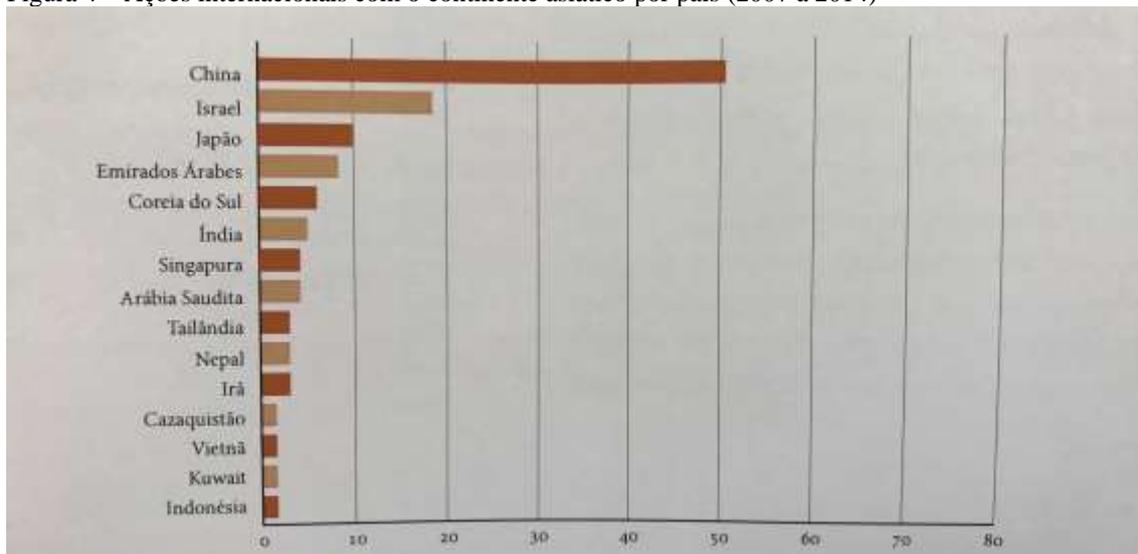
conforme afirmou à época, o então secretário de Indústria, Comércio e Mineração, James Correa (2010).

O fim do PromoBahia pode ser interpretado como uma postura centralizadora do governo Wagner, que tomou para si a responsabilidade de tratar a agenda internacional e concentrar as decisões do comércio exterior e da prospecção de investimentos no setor público. Tanto que, nesta evolução da assessoria internacional do Estado, o foco do trabalho era apenas organizar os trabalhos no âmbito de Cooperação Internacional e negócios internacionais, tendo noção exata dessa divisão com o PromoBahia e sendo responsável por coordenar também a agenda do Governador no exterior. Com aumento da demanda e o fim do PromoBahia, a secretaria se transformou em uma das secretarias-fins do Governo, já não se configurando mais apenas como uma assessoria particular, passando então a ser uma secretaria oficial do Governo. Ao final do segundo mandato de Wagner, a assessoria internacional (ASSINT) virou uma secretaria extraordinária do Governo (SERINTER), deixando de ser uma assessoria do Governador para ser uma secretaria do Governo do Estado.

4.1.2 Principais parceiros

Segundo o documento denominado “Agenda Internacional: Uma estratégia de desenvolvimento para a Bahia” publicado pelo Gabinete do Governo do Estado da Bahia no ano de 2014, a China se apresentava entre os 3 maiores países com protocolos de investimentos assinados no intervalo entre 2007 e 2014, com um total de R\$ 3 bilhões atrás apenas dos Estados Unidos e do Cazaquistão, sendo este último a sede da empresa ENRC, que detém o controle da BAMIN em Caetitê. Dentro deste protocolo de investimentos estava a fábrica de automóveis chinesa JAC Motors, que teria sua planta construída na cidade de Camaçari, Bahia, com investimentos previstos na casa de R\$1,35 bilhões de reais e geração de empregos estimados em 3.500 postos de trabalho.

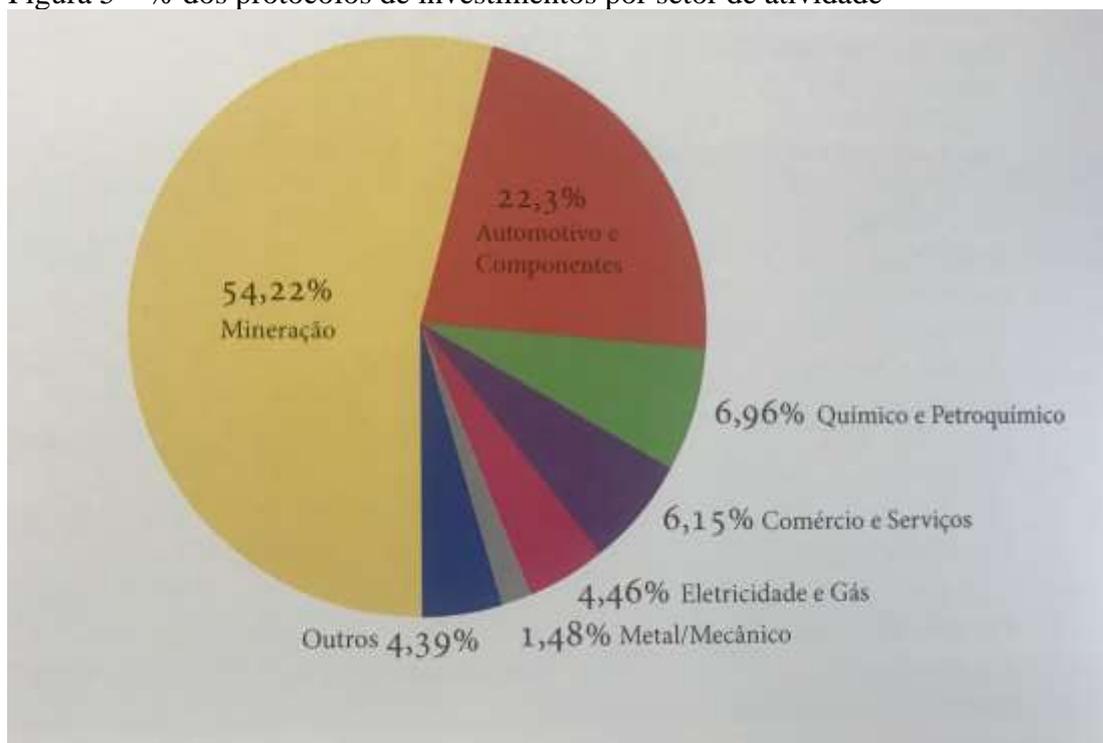
Figura 4 – Ações internacionais com o continente asiático por país (2007 a 2014)



Fonte: Governo da Bahia (2014).

Dentre os países que assinaram protocolo de intenção de investimentos na Bahia, a relação com os chineses foi destacada por Fernanda Régis. Segundo a mesma, a alto interesse da China na Bahia se concentrou inicialmente na soja do oeste baiano, e nas obras de infraestrutura e, em seguida partiram para estudos de viabilidades também em energia eólica e mineração. Abaixo, o Figura 5 demonstra os setores que mais tinham protocolos de intenção de investimentos na Bahia:

Figura 5 – % dos protocolos de investimentos por setor de atividade



Fonte: Governo da Bahia (2014).

Perguntada sobre a Indústria na Bahia e se houve algum protocolo mais relevante de investimento no setor, Fernanda Régis relatou sobre a vontade do atual Governador Rui Costa em “interiorizar” a indústria baiana, desconcentrando os investimentos do Polo Petroquímico de Camaçari e da região Metropolitana de Salvador e buscando priorizar verbas para tentar dinamizar a indústria no interior do Estado. O último grande investimento trazido para a Bahia foi o Complexo Acrílico da BASF, em 2013 além da tentativa frustrada da implantação da montadora chinesa JAC Motors, em Camaçari, não se concretizou.

4.2 A IMOBILIDADE DA INDÚSTRIA BAIANA

Após análise das informações repassadas pela Assessoria de Relações do Governo do Estado da Bahia, torna-se necessário uma avaliação das condições da indústria na Bahia justamente pelo fato da indústria ser, historicamente, o motor da economia capitalista. Apesar do movimento propício da economia na virada do século XXI, a indústria baiana continuava com um parque tecnológico obsoleto, restringindo-se ao seu velho papel na divisão internacional do trabalho, de fornecedor de bens primários. O aumento na sua atividade produtiva ao longo dos anos 2000 foi, em grande parte, reflexo de um mercado aquecido que se apoiava em uma política de estímulo ao consumo. Tal ilusão deixou de lado a necessidade

urgente que o país enfrentava em desenvolver a tecnologia de seu parque industrial e, mais grave ainda, postergou a solução para necessidade iminente de infraestrutura qualificada e pronta a atender um caminho de desenvolvimento estruturado.

Para um melhor entendimento e um *status* mais realista da indústria baiana, optou-se pela busca de informações na Federação das Indústrias do Estado da Bahia, através de entrevista com o Superintendente Marcus Emerson Verhine (informação verbal)¹⁶. Ele reconheceu que, de fato, não há instrumentos para a atração de novas indústrias para a Bahia e que o governo teria que trabalhar melhor o ambiente econômico criando regras mais claras, focando na infraestrutura e, principalmente, na segurança jurídica pois o governo, no período de crise econômica que se estabelece no país, tenta compensar as perdas de ICMS de outras áreas com a indústria.

Verhine admitiu também não se ter uma política industrial para o estado da Bahia havendo um relativo abandono e sucateamento dos distritos industriais, sendo que a indústria de transformação que é um setor bastante característico do estado, vira prioridade para apenas quando o foco é arrecadação. Na questão da atração de investimentos, não existe nenhum incentivo em andamento para melhoria do setor industrial. Verhine citou os dados do PIB que constam a participação setorial da indústria nestes dados, demonstrando que há uma baixa participação da indústria na economia baiana, representando pouco menos de um quarto do total do produto interno bruto. Os dados entre 2000 e 2015¹⁷ referidos constam na Tabela 3:

¹⁶ Entrevista realizada em 18/07/2017.

¹⁷ Os dados do IBGE em relação ao PIB estratificado são divulgados de dois em dois anos, com os dados disponíveis à época da entrevista até 2015.

A Tabela 3 confirma que a indústria de transformação realmente é a que mais representa no montante da indústria baiana como um todo. Além disto, nota-se nesta fatia da indústria uma participação relevante da indústria da construção que teve seu auge no novo século na Bahia; indústria esta em que o aço tem grande representatividade. Mas, o que realmente chama a atenção é a dependência do estado em relação ao setor de serviços, representando em torno de 70% nos últimos três anos analisados, confirmando que este ainda é o motor da economia no estado.

Sobre as indústrias extrativas, os números do IBGE demonstram a queda expressiva em 2014 e 2015, a qual se atribui basicamente pela queda da atividade de extração petrolífera por conta da crise da Petrobrás e da redução gradativa da extração na Bahia, que passa inclusive a colocar em xeque a continuidade da operação da sua principal refinaria no país, a Landulpho Alves.

Um outro viés de análise importante é a questão da geração de postos de trabalho. O maior problema da Bahia do ponto de vista do emprego não é a indústria de transformação, e sim a indústria da construção que, segundo Verhine complementa, nunca foi uma característica da indústria de transformação gerar muitos empregos no estado e que o impacto realmente se sobressai na indústria da construção, considerando que tal impacto negativo da construção civil foi um dos que mais afetaram a FIEB na arrecadação.

Esta informação nos remete a avaliar não só os impactos da construção civil na FIEB, mas na economia baiana como um todo. Segundo dados de fevereiro de 2015 do Sinduscon e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) descritos na Tabela 4, a seguir, está expressa a diferença total de 56.123 admissões contra 62.923 desligamentos. A retração da construção civil é destacada de forma mais nítida, representando a maior queda no número do número de empregos formais do Estado. Enquanto a Bahia contabiliza saldo negativo de 6.800 postos de trabalho em fevereiro de 2015, a construção civil é responsável por um saldo de 2.901 postos negativos, o que representa retração de 42,66%. Se ampliarmos o foco para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) os números são mais drásticos e demonstram que a concentração da construção civil no estado estava na RMS, apresentando saldo negativo de 2.081, 72% de todo o déficit do Estado neste segundo mês do ano de 2015.

Tabela 4 – Evolução do emprego segundo nível setorial. Bahia, Salvador e região metropolitana (rms), fevereiro de 2015

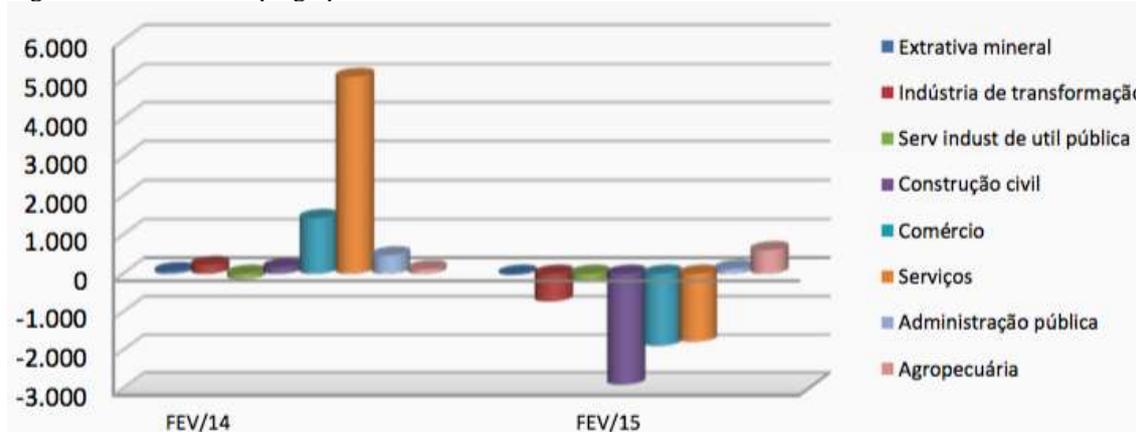
Setores	Bahia		RM-Salvador		Salvador	
	Saldo	Var.(%)*	Saldo	Var.(%)*	Saldo	Var.(%)*
Extrativa mineral	-30	-0,21	-24	-0,71	-5	-0,19
Indústria de transformação	-725	-0,32	-417	-0,45	-314	-0,9
Serv. indust. de útil pública	-217	-0,97	-169	-1,09	-97	-0,75
Construção civil	-2.901	-1,69	-2.081	-1,92	-943	-1,17
Comércio	-1.884	-0,42	-797	-0,45	-522	-0,39
Serviços	-1.777	-0,23	-1.204	-0,23	-753	-0,2
Administração pública	126	0,23	99	0,65	-112	-1,33
Agropecuária	608	0,62	-84	-2,14	-19	-0,63
TOTAL	-6.800	-0,37	-4.677	-0,50	-2.765	-0,42

Fonte: SINDUSCON/MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Nota: *A variação mensal do emprego toma conta como referência o estoque do mês anterior.

Se considerarmos que, segundo o SINDUSCON-BA, as quedas em fevereiro de 2015 no Brasil, no Nordeste, em Salvador e na RMS foram de respectivamente 0,85%, 1,44%, 1,92% e 1,17%, é nítido como a RMS sofreu um maior impacto na retração da construção civil neste período, afetando fortemente a economia do Estado. É importante demonstrar também que a retração realmente ocorre na virada de 2014 para 2015, processo este que vai se configurando já no início do mês de fevereiro, mostrando como a construção civil tem impacto na perda de postos de trabalho na Bahia, conforme a Figura 6:

Figura 6 – Fluxo de emprego por setor de atividade econômica. Bahia, fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015



Fonte: SINDUSCON/MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Dentro desta análise fica claro que a indústria baiana está sem perspectivas, muito também pelo fato do governo da Bahia não parecer muito preocupado em viabilizar alguma ação direcionada para a tentar salvar a atividade industrial. Ao ser perguntado qual seria a saída para a indústria e o papel da FIEB neste cenário, Verhine foi enfático ao afirmar que a FIEB continua trabalhando para defender fortemente os interesses da indústria baiana e mesmo com a falta de um programa que foque o desenvolvimento industrial no estado, reconhece que há setores no governo baiano que reconhecem a importância da indústria como a principal fonte de receita porém, em algumas ocasiões, acabam tomando medidas apenas paliativas focando em alternativas tributárias para o aumento de arrecadação ao invés de ações para o fortalecimento e dinamização do distrito industrial baiano.

Quando questionado se a FIEB tem participação direta junto ao Governo na atração de novos investimentos estrangeiros para a indústria baiana, Verhine afirma que não, mas que estão tentando articular com o governo esta participação direta. Há apenas uma frente de trabalho que é através do Centro Internacional de Negócios (CIN) que faz estudos que demonstram aos empresários quais os caminhos para o comércio internacional, algo semelhante ao que o PromoBahia realizava, porém específico para a indústria. Este departamento ainda tem uma relação informal com o governo e a FIEB vem tentando amarrar melhor essa relação, através de protocolo já assinado e que visa estabelecer captação de investimentos estrangeiros em parceria. O governo tem utilizado frequentemente o CIMATEC para capacitação de mão-de-obra, e eventualmente manda para o CIN empresários estrangeiros que estão interessados em investir no estado, com o intuito de demonstrar que há um direcionamento para a capacitação técnica específica para atender qualquer necessidade que porventura surja nos novos projetos que os investidores tragam a Bahia.

4.3 2015-2017: RECESSÃO, PARALISIA DE PROJETOS E A BUSCA DE SOCORRO EXTERNO

Após investigar os dados setoriais do PIB, da indústria e da queda de empregos na Bahia, comprovando que há realmente uma crise econômica instalada, o foco agora será na conjuntura mais recente, entre os anos de 2015 e 2017, na qual há uma virada para um período de recessão. A questão que se discute a seguir retrata como o estado vem buscando solucionar tais problemas e nos remete, mais especificamente, ao contexto atual das Relações Internacionais do governo da Bahia e sua respectiva política de atração de investimentos externos.

Voltando à entrevista com a Assessora Fernanda Régis, esta deixou claro que o foco da atração de investimentos no atual governo Rui Costa está direcionado para a infraestrutura, a mobilidade urbana e questões logísticas, relatando que é comum em toda reunião ocorrida nas missões internacionais, nas quais o governo baiano participa com embaixadores, empresas privadas e holdings, sempre se colocar à frente da pauta a apresentação destes tipos de projetos, sendo os mais emblemáticos o Porto Sul e a Ponte Salvador-Itaparica. Além da captação de investimentos propriamente dita, existe também a cooperação técnica com outros países como Estados Unidos, França e Inglaterra, que disponibilizam estudos de viabilidade para operacionalizar vários projetos, nos quais os países que os disponibilizam utilizam sempre mão de obra e recursos próprios para a realização de tais estudos.

O aeroporto de Salvador, por exemplo, teve a concessão da sua administração repassada da Infraero para um consórcio francês, a Vinci Airports, sendo arrematado pelo lance único de R\$ 660 milhões, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 5 anos. O investimento mínimo previsto pelo grupo francês é de R\$ 2,39 bilhões, com prioridade na construção de uma nova pista. Segundo Fernanda, o papel do Governo da Bahia nesta questão da concessão foi o de trabalhar para que o aeroporto Luís Eduardo Magalhães estivesse na lista dos aeroportos a serem assumidos por empresas estrangeiras. Já em relação aos portos baianos, houve também o mesmo esforço para que estes entrassem no leilão de ofertas à privatização por empresas internacionais.

Um outro ponto que chama a atenção é que existe uma apresentação em *powerpoint*, mostrada por Fernanda, mas de acesso restrito, feita pelo Estado da Bahia para os empresários estrangeiros que realizam visitas de negócios com a proposta de investir no Estado. Esta apresentação é uma espécie de *portfolio* no qual são oferecidas diferentes opções para o aporte de capital estrangeiro, nos quais se destacam a agricultura, a mineração, o turismo, a infraestrutura e por fim, no último *slide*, a indústria baiana. Esse “cardápio” de ofertas demonstra que realmente há uma busca desenfreada por recursos financeiros para viabilizar ações que o estado já não vem conseguindo viabilizar, muito por falta de recursos federais e pela crise que o BNDES vem enfrentando.

Dentre os investidores mais interessados estão os chineses, ávidos por participar dos projetos de grande porte como é o caso da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e o Porto Sul que, nas palavras da Assessora Fernanda Régis, sendo inclusive repetidas algumas vezes durante a entrevista, o “Porto Sul precisa sair para ontem”. A mesma urgência foi relatada pelo Assessor de Estudos Técnicos da Superintendência de Desenvolvimento Industrial da FIEB (SDI-FIEB) Carlos Danilo Peres (informação verbal)¹⁸, que completou com uma metáfora afirmando que os chineses geralmente esperam que se “aperte o botão vermelho” para que possam assim impor suas condições. Peres reforçou que realmente há uma aproximação chinesa grande com o governo da Bahia no intuito do investimento na exploração de recursos naturais e nas obras de infraestruturas, como assumir a obra da Ferrovia de Integração Oeste Leste e o Porto Sul, além da aproximação chinesa com o Cazaquistão, na Bahia Mineração (BAMIN) sediada em Caetité/BA.

Fernanda Régis reafirmou que o estado tem se esforçado para viabilizar os investimentos chineses e que mensalmente há uma comitiva de empresários vindos da China presentes na Bahia. Também foi alertado por Fernanda que é preciso ter muito cuidado com as exigências que são feitas pois os chineses já exploram os recursos naturais da África, por exemplo e que, muitas vezes, encontram o caminho aberto por conta da fragilidade democrática e legislativa, o que interfere na soberania dos Estados africanos. No caso brasileiro, a burocracia se destaca como um dos fortes empecilhos para um andamento mais rápido no fechamento das parcerias o que, de certo modo, funciona como uma forma de contenção da ânsia em iniciar projetos relevantes.

¹⁸ Entrevista realizada no escritório da Superintendência de Desenvolvimento Industrial, FIEB, em 08/08/2017.

As intenções chinesas, muito destacadas na entrevista, começaram a se manifestar na Bahia no Oeste Baiano, com o esmagamento de soja à época em que tinham a intenção de comprar terras para posteriormente exportar os grãos. Porém, segundo Fernanda, o governador Jaques Wagner exigiu que fosse implantada uma indústria de esmagamento de soja para que o processamento fosse feito também em território nacional. Apesar do projeto da indústria de soja não ter ido adiante, as empresas chinesas conseguiram arrendar as terras no oeste baiano utilizando proprietários brasileiros como intermediários e, desta maneira, burlaram a legislação que os impedia de comprá-las, permitindo a viabilidade do projeto inicial de controlar parte da exportação da soja baiana.

Neste momento em que o governo deixa claro que está totalmente aberto a quem queira investir, Fernanda relata que há uma enxurrada de empresas novas na Bahia que foram criadas para fazer a intermediação das negociações, e que muitas vezes atrapalham as tratativas do governo, uma vez que o papel do Estado é a relação diplomática com outro Estado exclusivamente, abrindo raras exceções à grupos privados quando de fato há uma relação próxima e confiável entre a empresa de intermediação e o Estado parceiro. Outra dificuldade está na intermediação direta entre prefeituras de municípios do interior, que fecham acordos sem consultar o governo e acabam tendo que desfazê-lo quando esbarram em questões de legislação que não foram consideradas na tratativa, causando desgaste entre a prefeitura, o poder público e os empresários estrangeiros, com danos diplomáticos mais sérios.

Após as citadas investidas da exploração de forma desconcentrada por empresários de diversos países e em muitas áreas de atuação na Bahia, o foco se voltará a seguir para a “triade” FIO, Porto Sul e minério de ferro, no qual já existem comitivas chinesas regulares visitando a região de Caetitê e Ilhéus para amadurecer a entrada nos projetos, antes parados por todas as dificuldades relatadas para o aporte de verbas públicas que priorizassem a continuidade das obras. Assim, a urgência relatada anteriormente pela Assessora Fernanda Régis para a realização da obra do Porto Sul nos remete à metáfora usada por Carlos Danilo Peres, da FIEB: o governo da Bahia apertou o botão vermelho.

5 A “TRÍADE” DE INVESTIMENTOS EXTERNOS NA BAHIA

Em 13 de junho de 2011, o jornal Estado de São Paulo publicou uma matéria com o título “Bahia vira novo polo de mineração do país”, na qual afirmava que a Bahia passou a ser o local mais procurado do Brasil pelas mineradoras do exterior e estimava investimentos em novas minas próximos a R\$ 10 bilhões, com possibilidade deste valor dobrar a depender dos estudos de viabilidade que estavam em andamento. Boa parte da euforia disseminada na matéria se relacionava com o minério de ferro de Caetité a ser explorado pela Bahia Mineração (BAMIN), empresa ligada à ENRC de capital cazaque e que, naquele momento, via o minério de ferro atingir índices elevados de preços no mercado internacional puxados pela grande demanda de aço da China.

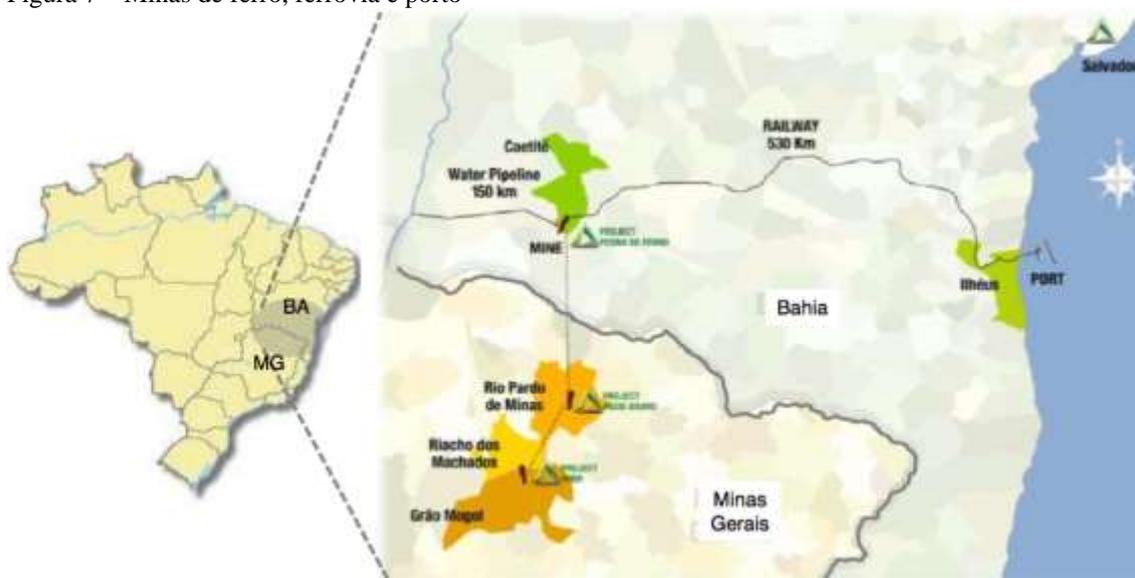
Neste capítulo será analisado a importância do minério de ferro para os investidores estrangeiros e como esta mina no interior da Bahia será importante para as viabilizar obras de infraestruturas vitais para o desenvolvimento do Estado da Bahia que estavam paradas por insuficiência de recursos do governo federal.

5.1 O MINÉRIO DE FERRO DE CAETITÉ/BA

A cidade de Caetité, localizada no Sudoeste da Bahia a 757km da capital Salvador, viveu momentos de euforia nos últimos 10 anos por conta da descoberta de uma reserva de minério de ferro capaz de tornar a Bahia a terceira força na produção mineral do país, atrás apenas do Pará (Reserva de Carajás) e de Minas Gerais (Quadrilátero Ferrífero). A descoberta, feita pela empresa Bahia Mineração (BAMIN), possui uma área construída de 1.820 hectares (área total 2.106 hectares) e teria, segundo documento da própria empresa, uma reserva de minério de ferro estimada em 10 bilhões de toneladas de minério concentrado, gerando impacto direto na vida dos moradores da região; por um lado, impactos positivos pela geração de empregos, além de programas de capacitação de mão-de-obra, prometidos pela BAMIN; e por outro, impactos negativos como o ambiental, que é o mais crítico e mais discutido ao longo do processo de implementação da extração pela BAMIN, sem contar com a questão da ameaça à soberania, intrínseca à cessão da exploração ao capital estrangeiro.

Antes de avaliar tais impactos, é necessário entender melhor o projeto, a região a qual abrange e as perspectivas de atração de capitais para a localidade. De acordo com dados disponibilizados pela BAMIN, em apresentação proferida em maio de 2012, a extração advinda do Projeto Pedra de Ferro não é apresentada sozinha, mas sim, contemplando tanto a ferrovia como o Porto Sul, demonstrando que há uma necessidade vital de ter a operação da BAMIN aliada à operação da infraestrutura adjacente, que engloba a ferrovia e o porto, conforme Figura 7:

Figura 7 – Minas de ferro, ferrovia e porto



Fonte: BAMIN/ERNC (2012).

Uma outra curiosidade da Figura 7 é que é englobada também no complexo as reservas minerais do Estado de Minas Gerais, na tentativa de reforçar o quanto seria importante a questão logística, não apenas para o projeto em questão na Bahia, mas para as minas que já estão em operação e que poderiam se beneficiar pela execução destas obras de infraestrutura. E, ampliando a análise, cria um alerta para a intenção dos investidores em também fazer parte da exploração mineral na região norte de Minas Gerais, aumentando o controle da cadeia.

Retomando especificamente a reserva de minério de ferro de Caetité, em amostras do solo feitas através de sondagens entre os anos de 2006 e 2009, ao se atingir a formação ferrífica foram encontradas pequenas formações de hematita, que conforme detalhado no capítulo 3, tem um teor mais alto de ferro, em torno de 66%, e logo em seguida foram verificadas concentrações em maior quantidade de itabirito, que possuem teores menores entre 31% e 33%, o que gerou certa preocupação em termos da viabilidade da exploração, uma vez que haveria uma certa

dependência quanto a um patamar mais elevado de preço desta commodity no mercado internacional para que a operação possa ser rentável. Abaixo segue a Tabela 5 com os resultados da sondagem no Bloco III (Bloco Ferrífero), com o percentual de Ferro (Fe) da hematita e do itabirito encontrados no solo, além do percentual combinado entre ambos:

Tabela 5 – Totalidade dos recursos do bloco iii – bloco ferrífero

		Massa (Mt)	Fe (%)	Al ₂ O ₃ (%)	SiO ₂ (%)	Mn (%)	P (%)	PPC (%)
Hematita	Med.	58	66,74	1	2,11	0,159	0,089	0,7
	Ind.	92	66,79	0,83	2,48	0,251	0,037	0,55
	<u>Med.+Ind.</u>	<u>150</u>	<u>66,77</u>	<u>0,89</u>	<u>2,34</u>	<u>0,215</u>	<u>0,057</u>	<u>0,61</u>
	Inf.	21	65,6	0,84	2,82	0,237	0,05	0,76
Itabirito	Med.	215	33,64	1,22	48,62	0,421	0,056	0,85
	Ind.	377	31,21	1,05	52,45	0,326	0,029	0,71
	<u>Med.+Ind.</u>	<u>593</u>	<u>32,09</u>	<u>1,11</u>	<u>51,06</u>	<u>0,36</u>	<u>0,039</u>	<u>0,76</u>
	Inf.	784	33,27	1,2	49,25	0,272	0,041	0,84
Combinado	Med.	273	40,67	1,17	38,74	0,366	0,063	0,82
	Ind.	469	38,16	1,01	42,69	0,311	0,031	0,68
	<u>Med.+Ind.</u>	<u>742</u>	<u>39,08</u>	<u>1,07</u>	<u>41,24</u>	<u>0,331</u>	<u>0,043</u>	<u>0,73</u>
	Inf.	805	34,12	1,19	48,03	0,271	0,041	0,83
TOTAL		1547	36,5	1,13	44,77	0,3	0,042	0,78

Fonte: BAMIN/ENRC (2012).

Como naquele momento da apresentação, em maio de 2012, o preço internacional do minério de ferro no ano anterior havia alcançado recorde histórico, chegando a ser comercializado por US\$ 190 a tonelada bruta¹⁹, o cenário era extremamente interessante para a exploração mesmo com teores menores em comparação às principais reservas mundiais²⁰. Em dezembro de 2017 a realidade já era bem diferente, com os preços sendo comercializados bem abaixo do momento de alta demanda e, conseqüentemente, nos preços desta commodity em 2011 com uma média na casa de US\$ 70 por tonelada bruta, o que poderia desmotivar os investidores a continuar com a operação da extração na Bahia. Porém a questão é mais ampla. Ter o controle de reservas de minério passou a ser estratégico em um mercado oligopólico bastante concentrado, dominado por três grandes empresas no mundo.

Um fator que atrai empresas de fora do país para a exploração do minério de ferro em território brasileiro é a questão do impacto ambiental. Os chineses, como exemplo, sofrem grande pressão ambiental em seu território, o que os leva naturalmente a buscar reservas fora

¹⁹ Fonte: Metal Bulletin.

²⁰ A reserva de Carajás no Pará apresenta índices de minério de ferro em torno de 67%, maior índice em relação a todas as reservas do mundo (VALE, 2018).

de suas fronteiras para realizar este processo, repassando assim o passivo ambiental. É fato que a extração mineral causa severos danos ao meio ambiente, deteriorando solos, tendo um caráter extremamente poluente. Um caso recente de tragédia ambiental é o rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais, operação que era conduzida pela Samarco, empresa de capital privado com controle dividido entre a Vale e a BHP Billinton.

Em entrevista realizada com o atual Presidente do Sindicato de Mineração da Bahia (SINDMIBA) (informação verbal)²¹, Paulo Minsk, questionou-se inicialmente sobre detalhes do projeto Pedra de Ferro, especificamente da exploração em Caetité, porém o mesmo não soube falar detalhadamente sobre o assunto. Relatou que assumiu o sindicato há pouco tempo e que conseguiu agregar doze empresas até então, o que é muito pouco no universo da mineração da Bahia. Destacou que há um processo minerador muito individualizado e que há uma dificuldade grande em ter uma adesão mais ampla e formal, o que permitiria um controle ambiental mais apurado.

Ao ser questionado sobre o impacto ambiental especificamente na extração do minério de ferro em Caetité, não tratou especificamente da questão, mas deu exemplos paralelos destacando a situação da reserva de Carajás na qual a Vale criou uma flora específica nos arredores por conta da extração mineral na localidade e que, de toda a reserva, apenas 3% da área total equivale à mineração. Geralmente se define que a área preservada no caso da extração mineral tem que ser 25 vezes maior que a área da mina, e que a BAMIN deve seguir a mesma lógica. Em relação à tragédia da Samarco, Minsk demonstrou postura defensiva, opinando que se tratou de um acidente e não de um ato irresponsável da companhia, sendo que esta seguia as normas e os procedimentos necessários para garantir a segurança da operação, com o episódio do rompimento da barragem tendo sido ocasionado por uma série de fatores em conjunto, correlacionando-o com o exemplo de quedas de aviões, que sempre ocorrem por uma sequência de problemas.

²¹ Entrevista realizada por telefone em 24/11/2017.

A postura defensiva do presidente do sindicato em relação aos impactos ambientais da extração mineral em Caetité não condiz com o que muitos ambientalistas vêm afirmando. Segundo eles, a implementação da mina trás uma série de problemas quanto ao rejeito de dejetos na nascente do rio Pedra de Ferro, impactando o abastecimento das comunidades banhadas pelo rio Guipará, com possibilidade até de afetar os agricultores de diversas culturas ao longo macrorregião banhada pelo Rio. Tais problemas poderiam ser ampliados caso atinja a Bacia do São Francisco, com desdobramentos muito piores. A população também se manifestou perante as preocupações ambientais e, no ano de 2011, foi elaborado um documento com centenas de assinaturas de moradores de Caetité, Bom Jesus da Lapa e até de Ilhéus, preocupados com os impactos socioambientais que estariam por acontecer com o início da exploração da BAMIN, entre eles o fato das licenças ambientais emitidas estarem desconsiderando algumas exigências básicas para se garantir a proteção ambiental e evitar a extinção de ecossistemas de caráter raro ameaçando à vida das comunidades ao seu entorno.

5.2 FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE (FIOL)

Outra ponta muito importante da “tríade” de investimentos no estado é a FIOL. Com obras iniciadas no ano de 2009 e contrato assinado com a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa estatal vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação e que foi constituída em 2008 justamente para executar o projeto desta ferrovia na Bahia. Previa a construção do trecho ferroviário que ligaria Barreiras, no extremo oeste da Bahia a Ilhéus, no sul do mesmo estado, tendo uma extensão total de 1027 km de ferrovia, divididos em dois grandes trechos, devendo ser concluída até 2013.

O primeiro trecho compreende a região entre as cidades de Barreiras, no oeste da Bahia, e Caetité, no sudoeste, tendo extensão de 500 km. O segundo trecho interliga as cidades de Caetité e Ilhéus, equivalendo a 527 km de extensão. A escolha dos trechos não foi aleatória, uma vez que o início em Barreiras se explica por dois motivos: o primeiro deles é por conta da produção de soja no Oeste da Bahia; o segundo, pela intenção de interligar a FIOL com outras duas ferrovias, a FICO (Ferrovia de Integração Centro Oeste), cruzando do extremo oeste da América do Sul, no Porto Ilo no Perú, até a cidade de Campinorte em Goiás, também planejada pelos chineses, e a Ferrovia Norte-Sul (Figura 8). A ferrovia passaria então, estrategicamente, pela macrorregião de Caetité para atender à necessidade logística da BAMIN e termina em Ilhéus. por conta do projeto do Porto Sul, que servirá como escoamento para as cargas transportadas através da ferrovia.

Figura 8 – Projetos de ferrovias no Brasil



Fonte: Jornal Folha de São Paulo; Ministério dos Transportes (2017).

A previsão de conclusão das obras em 2013 não se concretizou. O *status* em julho de 2013²² era que nada havia sido realizado no trecho entre Barreiras e Caetité e apenas 21% das obras foram executadas no trecho entre Caetité e Ilhéus. O argumento da VALEC é que os recursos do BNDES cessaram completamente impossibilitando o andamento das obras. Além disto, há relatos de ameaças de morte feitas por donos de terras aos funcionários contratados pela VALEC que realizavam os estudos de desapropriação no trecho da ferrovia, o que também afastou boa parte da equipe que estava à frente da execução.

²² Jornal Valor Econômico.

5.3 PORTO SUL

O Porto Sul se configura como a última parte da “tríade” de investimentos conjuntos que o governo vem denominando como Projeto de Desenvolvimento Integrado. É um porto *offshore*, ou seja, distante da costa em torno de 5 km e com capacidade de receber navios de alto calado que tenham profundidade de até 20m. O porto ficará localizado no distrito de Aritaguá, que faz parte da microrregião de Ilhéus. Havia uma discussão sobre outras localidades nesta mesma microrregião para a implantação do porto, mas a maioria esbarrava em questões ambientais. A Península de Marauá, por exemplo, tinha restrições quanto às atividades turísticas em Itacaré e na própria península, além da possibilidade de afetar a baía de Camamu; a região sul de Olivença foi inviabilizada pela presença de tribos indígenas; o Distrito Industrial de Ilhéus não teria área suficiente para a implantação do retroporto, além de impactar vetores de expansão urbana e um manancial de abastecimento de água em Ilhéus; e o Porto de Malhado, que também enfrentava problemas de impacto a áreas urbanas.

A decisão por Aritaguá levou em conta o fato de ser ainda uma área virgem, isolada e que possuía apenas atividades de pecuária e alguns plantios desconcentrados de cacau, apesar de haver também questionamentos ambientais por conta da vegetação que será removida. Além do porto, será implantado um *pool* de empresas exportadoras na região do porto, chamada Zona de Processamento de Exportação (ZPE) com o objetivo de facilitar a operação burocrática como também buscar a atração de novas empresas exportadoras que tenham interesse em investir na região, aproveitando-se do benefício logístico da proximidade com o porto.

5.4 SITUAÇÃO DOS PROJETOS EM 2017

Em apresentação realizada na FIEB em 2017 (informação verbal)²³ pelo Coordenador Executivo de Infraestrutura da Secretaria da Casa Civil do Estado da Bahia, Eracy Lafuente, foi destacado que empresas chinesas estariam bastante interessadas em assumir as obras paradas de infraestrutura da FIOB e do Porto Sul. O interesse para a viabilidade do projeto é grande tanto para as empresas chinesas como para o próprio Governo da Bahia, que viu nesta oportunidade a solução para a inércia econômica, além obviamente de colher frutos eleitorais com os projetos.

²³ Informes da reunião repassados pelo Assessor de Estudos Técnicos da Superintendência de Desenvolvimento Industrial, Carlos Danilo Peres.

Empresas chinesas como a *China Railway Engineering Group* (CREC 10), por exemplo, realizaram visitas técnicas às instalações da BAMIN e da mina de minério de ferro em Caetité, além de realizar visitas no norte de Minas Gerais para analisar a possibilidade de conexão entre o minério de ferro do estado vizinho à FIOI. A CREC 10 também visitou a área em que o Porto Sul será instalado e o trecho da FIOI entre Ilhéus e Caetité. Foram realizadas visitas de comitivas chinesas à VALEC para a análise do andamento da obra até então, feitas com verbas públicas, tendo sido informado que para concluir a FIOI, apenas no trecho entre Caetité e Ilhéus, seria necessário um investimento de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão.

Assim, Lafuente afirmou que a única solução à vista para conseguir solucionar o imbróglio do Porto Sul, o qual as obras sequer começaram, é realmente a cessão da obra para o capital privado, através da formação de uma SPE²⁴ entre os chineses, que teriam participação de 80% na sociedade e a BAMIN, com 20% de participação, resultando assim em um terminal totalmente privado com investimento previsto em torno de R\$ 3 bilhões e transferindo o controle portuário do estado para empresas privadas de outro país.

Dentro desta perspectiva, os chineses aproveitaram a “maré” e também passaram a negociar uma participação no controle da Bahia Mineração e da exploração do minério de ferro do sudoeste baiano. A BAMIN, que possuía até então capital exclusivo do Cazaquistão dividiria assim a fatia do minério de ferro em troca da participação chinesa em investimentos necessários para viabilizar o início da operação em conjunto com a FIOI e o Porto Sul.

Resolvidos os problemas da mineradora e do Porto restaria agora a questão da ferrovia, o que se torna uma dor de cabeça um pouco maior para que se equacione a operação conjunta da tríade. Lafuente relatou que neste caso a modelagem seria mais complexa pois envolve a VALEC que é uma empresa federal e tudo o que foi construído até então veio de verbas do BNDES com o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Para viabilizar o interesse chinês em também assumir a obra da FIOI seria preciso uma análise do Ministério dos Transportes e que pode levar algum tempo. De qualquer forma, Lafuente afirma que o mais importante é viabilizar a construção do porto, que o resto “sairá por gravidade”, segundo palavras do mesmo.

²⁴ Sociedade de Propósito Específico.

6 CONCLUSÃO

A bonança econômica a partir da virada do século XX parecia dar indícios para um futuro promissor do Brasil, transformando-o em um dos grandes protagonistas da nova economia mundial. Esse sonho não durou muito e, após a bonança veio o desespero, com o país preso em uma encruzilhada ao explodirem as suas crises política e econômica. A queda brusca em sua atividade econômica resultou em um desespero do Estado em busca de soluções rápidas na tentativa de reverter o quadro econômico crítico. Nesta busca desesperada, a questão da soberania estatal passou a ser colocada em xeque. Como a recessão na economia não é uma exclusividade brasileira, investidores de todo o mundo também buscaram formas de reverter a situação que enfrentavam em seus países de origem e foram ao exterior buscar novas formas para reproduzir seu capital, focando em países desesperados e com portas abertas para a atuação.

Os processos de acumulação capitalista passam então a ser reinventados ou reproduzidos; os atores mudam e uma nova ordem mundial se estabelece, ou pelo menos um ensaio desta nova ordem começa a aparecer no sistema internacional. O processo que se convencionou chamar de globalização sofreu metamorfoses e vai se adaptando às novas realidades. Dentro destas novas perspectivas, paradigmas mudam e conceitos se transformam, como é o caso da diplomacia, antes feitas exclusivamente pelos Estados e seus chanceleres e que agora passa a se popularizar entre as empresas privadas, que ganham autonomia e participam de decisões estratégicas da economia mundial sem necessariamente englobar todo o Estado nacional.

O Estado, por sua vez, enfrenta um novo desafio em que sua soberania é colocada à prova. Ações que interligam de forma muito rápida público e privado afetam o Estado soberano, podendo modificar questões importantes como as leis trabalhistas, por exemplo. Um Estado desesperado em viabilizar a atividade econômica e que não pensa de forma estrutural para um desenvolvimento qualitativo, mesmo demandando um prazo mais extenso, não terá força nem disposição para ir contra o movimento mundial do capital e certamente cederá às pressões das investidas do capital estrangeiro, que buscará organicamente novos espaços de acumulação. Esta é a nova realidade em que a Bahia se estabelece, com uma busca desenfreada por investimentos externos privados intensificando novas formas de relação entre público e privado, superando barreiras legais e fronteiriças e transformando drasticamente as conduções políticas do Estado e do indivíduo nas novas demandas modernas advindas da tentativa de encontrar um novo ciclo de acumulação capitalista, após o sepultamento do neoliberalismo pós

crise de 2008. Os investidores, por sua vez, buscam oportunidades que muitas vezes aliam o interesse do capital à interesses de caráter geopolítico nacional, como é o caso desta grande presença do capital privado chinês na Bahia.

A operação da tríade de investimentos em infraestrutura e minério de ferro no interior da Bahia é o grande projeto do governo baiano na tentativa de impulsionar a atividade econômica baiana. As últimas notícias já dão como certa a inserção chinesa para a execução e controle de toda a cadeia de infraestrutura e exploração mineral, antes propriedade nacional. Em 01 de setembro de 2017, em Pequim na China, o governador da Bahia Rui Costa oficializou acordo de financiamento das três obras da tríade de investimentos, todas em conjunto, que serão realizadas por um consórcio de cinco empresas chinesas: China Railway Group Limited, China Communications Construcion Company Ltd, Minmetals Development Co. Ltd, Shougang Fushan Resources Group Limited e Dalian Huari Heavy Industry Group Co. Ltd.

Tal desespero em começar a obra a qualquer custo demonstra a incapacidade do Estado em reverter uma situação econômica crítica, muito por conta da falta de uma base sólida que viabilize novas vias de atuação, optando por um caminho mais fácil e que trará um bom retorno político, legitimando um uma visão política de imediatismo direcionado apenas a uma **política de governo** em detrimento à forma adequada que seria através de uma **política de Estado**, na qual bases de desenvolvimento qualitativo seriam implementadas de forma estratégica e parcimoniosa, buscando a atratividade de novas indústrias e, até mesmo, o estímulo focado no desenvolvimento técnico para uma mudança na característica da indústria local, primando pela pesquisa e pela inovação para o estabelecimento de uma indústria essencialmente nacional. Esta proposição pode parecer utópica e antiquada, à medida que um rumo semelhante já foi tentado no contexto da América Latina do século passado, com a substituição das importações e com os direcionamentos cepalinos, abordados ao longo deste estudo. Acontece que nenhuma experiência de desenvolvimento histórico se estabeleceu de forma sólida sem uma base de progresso técnico e de inovação, e que estivesse necessariamente atrelada à atividade industrial.

Pode-se porventura afirmar que o estado da Bahia é refém de um processo histórico que careceria de uma mudança ampla no âmbito nacional, para que um patamar de desenvolvimento qualificado, nos moldes propostos, ocorresse na prática; todavia, a cessão desesperada de recursos naturais e da infraestrutura logística não é definitivamente o caminho adequado, mesmo que solucione alguns problemas de forma apenas paliativa.

Não há como vislumbrar cenários paralelos em que o governo criaria soluções para a retomada de investimentos com a arrecadação pública quando já se provou, ao longo deste estudo, que o próprio governo não possuía um plano B; ou seja, como afirmado por

representantes governamentais, o projeto logístico do Porto Sul teria que começar de forma imediata para que o restante das obras fossem viabilizadas por “gravidade”.

Ao ceder a tais controles da exploração mineral e da infraestrutura logística ao capital privado o Estado passa a correr também sérios riscos também com questões ambientais, como no caso relatado da Samarco, uma vez que a extração e o beneficiamento de minério de ferro se configuram como uma atividade extremamente poluente. O órgão que deveria contribuir como um “braço” do Governo na fiscalização seria o SINDIMIBA, porém o sindicato tem representatividade praticamente nula e parece fazer vistas grossas a respeito da questão. O argumento de que as obras só trarão benefícios à economia da Bahia e a milhares de pessoas é também questionável pelo fato dos inúmeros protestos da população das localidades em que as obras ocorrerão. O Ministério Público já embargou algumas vezes a obra do Porto Sul, porém em todas as vezes a liminar foi derrubada com ajustes no projeto. IBAMA também questiona a forma que a licença ambiental foi conseguida para viabilizar as obras em Aritaguá.

No quesito da infraestrutura, encontram-se também pontos delicados e que precisariam ter sido tratados de maneira mais criteriosa: o investimento público que já foi utilizado pela VALEC, com parte da obra da ferrovia já executada, será repassado de que forma para as empresas que irão assumir a obra? Apesar deste embaraço legislativo, a China Railway Group Limited já foi anunciada como a empresa que estará à frente das obras em 2018, o que demonstra que este problema já foi resolvido nos bastidores. No Porto Sul, o estado que antes teria o controle de 50% da operação, perderá a autonomia sobre a logística marítima do sul da Bahia. Assim, todas as obras da tríade de investimentos conseguirão ser viabilizadas, com controle total das operações feito por empresas de capital estrangeiro

Por fim, percebe-se que o objetivo inicial do governo da Bahia foi atingido, se considerarmos os planos e os protocolos de investimentos planejados nos dez anos entre 2007 e 2014, abordados neste estudo. O citado *portfolio* de investimentos da Secretaria de Relações Internacionais confirma isto e sinaliza que ainda há muitas outras possibilidades da entrada do capital externo, como a realização da obra da ponte Salvador-Itaparica que já tem protocolos de intenções assinados com os chineses, tendo os primeiros estudos técnicos de viabilidade já realizados.

Em todo este movimento assistimos portanto a um processo que pode ser considerado como a segunda colonização brasileira, tendo uma semelhança com a primeira, conduzida pelos portugueses, na qual a colonização começou pela Bahia; mas com duas grandes diferenças: a primeira é que desta vez a colonização está sendo solicitada pelo próprio país a ser colonizado; e a segunda, é que não teremos apenas uma metrópole a quem nos reportar, mas sim várias

empresas privadas que ditarão as regras podendo, em determinadas situações, seguir direcionamentos do seus Estados de origem na busca de recursos para atender seus respectivos interesses nacionais. Portanto, o preço a se pagar pela incapacidade pública no Brasil como um todo em reestruturar o país será alto, com a soberania nacional sendo drasticamente afetada. Resta-nos saber ainda qual será a real proporção deste impacto nas vidas dos cidadãos baianos e brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ABRA. **Informativo**, n. 24, jan. 2015. Disponível em: http://abra.ind.br/views/download/CEBC_comercio_bilateral_brasil_china.pdf Acesso em: 02 jan. 2018.
- ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- AMSDEN, Alice H. **A ascensão do resto**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AVENA, Armando. **A Bahia depende da China**. 13/03/2017. Disponível em: <http://www.alocidade.com.br/?lk=4¬icia=FIOL%3A+A+Bahia+depende+da+China.&id=20485>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BEDDOWS, Rod. **Steel 2050: how steel transformed the world and now must transform itself**. Devon: Devonian Ventures, 2014.
- BÍBLIA SAGRADA. **Jó 41**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/jó/41>, Acesso em: 18 ago. 2017.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- BOND, Patrick; GARCIA, Ana. (org.). **BRICS: An anti-capitalist critique**. Chicago: Haymarket Books, 2015.
- BORON, Atilio et. al. **Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Junho de 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.crescimentodesenvolvimento.junho19.2008.pdf> Acesso em: 02 set. 2017.
- BRITANNICA, Enciclopaedia. **United States Steel Corporation**. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/United-States-Steel-Corporation> Acesso em: 02 dez. 2017.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CAPUTO, O.; PIZARRO, R. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1971.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2013.

CARR, E.H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora UNB, 2001.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CELESTINO, Samuel. **Rui fecha financiamento de Porto Sul, Fiol e Pedra de Ferro com empresas chinesas**. Portal Bahia Notícias. 01/09/2017. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/211708-rui-fecha-financiamento-de-porto-sul-fiol-e-pedra-de-ferro-com-empresas-chinas.html> Acesso em: 19 abr. 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2012.

DARWIN, John. **Ascensão e queda dos Impérios Globais: 1400-2000**. Lisboa: Edições 70, 2015.

DÉCIMO, Tiago. Bahia vira novo polo de mineração do País. **Jornal O Estado de São Paulo**. 1 jul. 2011. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bahia-vira-novo-polo-de-mineracao-do-pais-imp-,731511> Acesso em: 08 nov. 2017.

DOUGHERTY, E.J.; PFALTZGRAFF, R.L. **Relações internacionais: as teorias em confronto**. Lisboa: Gradiva, 2003.

EFE., Agência. **China apresenta nova Rota da Seda com investimento bilionário**. 14 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/china-apresenta-nova-rota-da-seda-com-investimento-bilionario.ghtml> Acesso em: 18 ago. 2018.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2012.

FRIEDMAN, Thomas. **O mundo é plano: uma breve história do Século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FUJITA, Edmundo S. O Brasil e a Ásia Leste – apontamentos para a construção de parcerias sinérgicas. **Revista Política Externa**, São Paulo, v. 20, n.2, p 139-162., set./out./nov. 2011.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro: URFJ, v.24, n.4, p.483-486, 2004. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2015.

GERDAU. **Curso básico de siderurgia**. Recife, 2008.

GOVERNO DA BAHIA. **Agenda internacional: uma estratégia de desenvolvimento para a Bahia, 2007-2014.** Salvador, 2015.

GIANTURCO, Adriano. **A ciência da política: uma introdução.** Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel.** 14 ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado.** Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2014.

HOBBS, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848.** 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **A era dos impérios, 1875-1914.** 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

IBRAM. **Relatório anual de atividades: Junho 2016 a Julho 2017.** Disponível em http://portaldamineracao.com.br/ibram/wpcontent/uploads/2017/08/WEB_REL_IBRAM_2017.pdf Acesso em: 13 fev. 2018.

IBGE. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018.** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html> Acesso em: 28 maio 2018.

INFOMONEY. **Gigantes produtoras de minério de ferro pressionam empresas menores.** 23/07/2017. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/vale/noticia/4175646/gigantes-produtoras-minerio-ferro-pressionam-empresas-menores>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. **Uma das maiores mineradoras do mundo sinaliza ‘mais 10 anos’ para equilíbrio do minério.** 23/07/2017. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/bloomberg/mercados/noticia/5198964/uma-das-maiores-mineradoras-mundo-sinaliza-mais-anos-para-equilibrio> Acesso em: 28 maio 2018.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução as relações internacionais.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

KEOHANE, R.; NYE, J.S.; **Power and Interdependence.** 3rd. ed. Boston: Longman, 2001.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

KLARE, Michael. A China é imperialista? **Le Monde Diplomatique**, 02 set. 2012.

LARMER, Brook. Is China the World’s New Colonial Power? **New York Times**, 2017.

LESSA, A.C. **História das relações internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LOPES, Marcos. **O minério de ferro no Brasil: história, maiores empresas e mercado.** 19/08/2016. Disponível em <https://tecnicoeminerao.com.br/minerio-de-ferro-no-brasil/> Acesso em: 13 fev. 2018.

LOKJINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Editora Jardim dos Livros, 2007.

MAGALHÃES, J.N. **Formação do conceito de soberania: história de um paradoxo.** São Paulo: Saraiva, 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Editora Expressão Popular.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista 150 anos depois.** Contraponto: Rio de Janeiro, 1998.

_____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MATIAS, Eduardo F.P. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

MEARSHEIMER, John J. **A Tragédia das Grandes Potências.** Lisboa: Gradiva, 2007.

MENDONÇA, G.M. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos.** 4. ed. Salvador: Editora Unifacs, 2015.

MIHN, S. How the U.S. Squandered Its Steel Superiority. **Bloomberg.** 05/03/2018. Disponível em <https://www.bloomberg.com/view/articles/2018-03-05/steel-history-shows-how-america-lost-ground-to-europe>. Acesso em: 24 maio 2018.

MINÉRIOS & MINERALES. **Bahia de todos os minérios.** 11/10/2009. Disponível em <http://noticiasmineracao.mining.com/2011/10/11/bahia-de-todos-os-minerios/> Acesso em: 18/01/2018.

MINSK, Paulo. **O Sindicato da mineração da Bahia.** Entrevistado: Paulo Minsk. Entrevistador: Murilo Jacques Barbosa. Entrevista realizada por telefone em 20 fev. 2018.

MONTANHA, J. Obras da Fiol e Porto Sul recomeçam no final do próximo ano, prevê governo. **Jornal Correio da Bahia,** 24 nov. 2016. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/obras-da-fiol-e-porto-sul-recomecam-no-final-do-proximo-ano-preve-governo/> Acesso em: 18 abr. 2018.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais.** Coimbra: Almedina, 1999.

NEDAL, D.; SPEKTOR, M. (orgs.). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

NYE Jr., Joseph. **O futuro do poder.** São Paulo: Benvirá, 2012.

PECEQUILO, C.S. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PEDRÃO, Fernando C. **O desafio histórico do desenvolvimento**. Salvador: [s.n.], 2016.

_____. **A política das relações internacionais**. Curitiba: Appris, 2012.

_____. **A produção sidero-metalúrgica na indústria de hoje**. Texto introdutório para programa de extensão promovido pelo Instituto Brasileiro de Políticas Econômicas e Sociais. [S.l.]: IBPES, 2017.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html> Acesso em: 08 set. 2018.

POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

RÉGIS, Fernanda. **Estrutura e ações internacionais do Governo da Bahia**. Entrevistada: Fernanda Régis. Entrevistador: Murilo Jacques Barbosa. Entrevista realizada no Gabinete da Assessoria de Relações Internacionais do Estado da Bahia. Realizada em 12 jul. 2017.

REVISTA DO AÇO. **A história de um gigante**. 21 dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistadoaco.com.br/a-historia-de-um-gigante/> Acesso em: 13 fev. 2018.

REUTERS. Agência. **Mittal fecha acordo para a compra da Arcelor**. 25/06/2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mittal-fecha-acordo-para-compra-da-arcelor-4578184> Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. **Vale tem produção de minério de ferro recorde em 2017**. 16/02/2018. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/vale-tem-producao-de-minerio-de-ferro-recorde-em-2017.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2018.

RIBEIRO, M.C.M. **Globalização e novos atores. A paradiplomacia das cidades brasileiras**. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

SAMPIERI, R. H. et. al. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2013.

SANTOS JR., José M. **Siderurgia apresentação**. 2013. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgNeQAL/siderurgia-apresent-12-1-1> Acesso em: 22 dez. 2017.

SHELLER, Fernando. Grupo do Casaquistão paga R\$ 1,1 bi pelo controle de mineradora na Bahia. **Jornal O Estado de São Paulo**, 2010. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-do-casaquistao-paga-r-1-1-bi-pelo-controle-de-mineradora-na-bahia-imp-,613332>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SECOM, Governo da Bahia. **Porto Sul**. 06/01/2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TznYHTSYDUI> . Acesso em: 02 jan. 2018.

SILVA, José N.S. **Siderurgia**. Belém: Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia,

2011.

SINDUSCON, Bahia. **Informativo do Emprego Formal – CAGED. 2013.** Disponível em <https://www.sinduscon-ba.com.br/conteudo/pub/003/cont/001414/001414.pdf> Acesso em: 07 fev. 2018.

_____. **Dados do setor da construção civil Bahia 2017.1.** Disponível em <https://www.sinduscon-ba.com.br/conteudo/pub/003/cont/000477/000477.pdf> Acesso em: 08 fev. 2018.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global.** São Paulo: Paz e Terra, 2017.

VALOR Econômico. **Ferrovia da Bahia: onde os trilhos não chegam.** 31/07/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h2MN-5wgB08> Acesso em: 20 jan. 2018.

VALE. **Iron Ore Index.** Disponível em <http://www.vale.com/EN/business/mining/iron-ore-pellets/Pages/Iron-Ore-Indices.aspx> . Acesso em: 17 maio 2018.

_____. **Logística.** Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/business/logistics/Paginas/default.aspx> Acesso em: 04 out. 2017.

_____. **Minério de ferro e Pelotas.** Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/iron-ore-pellets/Paginas/default.aspx> Acesso em: 04 out. 2017.

_____. **Sobre a Vale: Quem Somos.** Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx> Acesso em: 04 out. 2017.

VALEC. **Quem Somos.** Disponível em <http://www.valec.gov.br/a-valec/institucional/quem-somos>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. **Ferrovia de Integração Oeste Leste.** Disponível em: <http://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-de-integracao-oeste-leste/trechos>. Acesso em: 04 abr. 2018.

VERHINE, Marcus E. **Entrevista sobre a situação atual da indústria da Bahia.** Entrevistado: Marcus Verhine. Entrevistador: Murilo Jacques Barbosa. Entrevista realizada na Federação das Indústrias da Bahia em 18 jul. 2017.

VISENTINI, Paulo (org.). **BRICS: as potências emergentes.** Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

WAGNER, Birgitt. **1951: Criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.** 18/04/2017. Disponível em <http://www.dw.com/pt-br/1951-criada-a-comunidade-europeia-do-carvão-e-do-aço/a-500071> Acesso em: 19 out. 2017

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das relações internacionais.** Lisboa: Gradiva, 2015.

WARRIAN, Peter. **A profile of the steel industry**: global reinvention for a new economy. New York: Business Expert Press, 2012.

WEBER, Max. **Economy and society**: an outline of interpretative Sociology. California: Berkley University, 1978.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora Unicamp, 2003.

WORLDSTEEL Association. **Top steel-producing companies 2017**. Disponível em: <https://www.worldsteel.org/steel-by-topic/statistics/top-producers.html> Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. **Global interactive map**. Disponível em <https://www.worldsteel.org/steel-by-topic/statistics/global-map.html> Acesso em: 15 abr. 2018.

WIZIACK, José. China quer construir ferrovia atravessando o Brasil. **Jornal Folha de São Paulo**, 26 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1938331-china-quer-construir-ferrovia-no-brasil.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2018.

APÊNDICE A – O AÇO CARBONO

O aço carbono tem propriedades mecânicas sendo fundamental para o desenvolvimento das cidades e dos bens de consumo como um todo. É produzido através do minério de ferro, que é combinado com um elemento químico (o carbono) resultando no ferro gusa, sendo este o primeiro estágio da produção siderúrgica e resultando em uma série de outros produtos derivados de aço. Na produção atual de aço, é usada uma quantidade em torno de 0,3% a 2,1% de carbono, na qual quanto mais carbono, mais rígido se tornará, ou seja, esta quantidade de carbono deve ser dosada com critério pois o torna mais maleável ou mais quebrável, definindo assim sua classificação (GERDAU, 2008):

- Baixo carbono: Bastante maleável, com alta tenacidade e podendo ser posteriormente usinado, oferecendo baixo custo de produção e não necessitando de tratamento térmico posterior. Suas aplicações são: chapas automobilísticas, perfis estruturais, construção civil em geral.
- Médio Carbono: Oferece maior resistência, sendo mais “duro”, porém já com uma maleabilidade menor. Requer um tratamento térmico, com resfriamentos e pode ser aplicado em equipamentos que devam ter resistência ao desgaste, como rodas e utensílios ferroviários, peças e engrenagens de máquinas em geral.
- Alto carbono: De todos os tipos, é o que oferece maior resistência, tendo propriedades de manutenção e possuindo um excelente fio para cortes, com aplicação em ferramentas como talhadeiras, folhas de serrote, facas e martelos.

Ainda há diversidade em processos siderúrgicos ao redor do mundo graças a presença das *mini-mills*, porém um dos mais comuns é o processo chamado LD, que é baseado no mesmo processo de oxigênio puro que surgiu no final da década de 1950 em Linz, na Áustria²⁵. O processo LD opera com reações químicas e demanda oxigênio de elevada pureza, possibilitando a manutenção do teor de nitrogênio no aço, garantindo assim a sua qualidade. Neste processo não há consumo de combustíveis, com um rápido processo de transformação de ferro-gusa em

²⁵ A sigla LD vem de Linz, cidade austríaca onde o “Processo de Oxigênio Puro” foi testado pela primeira vez; e de Durrer, professor responsável pela colocação deste processo em prática (SILVA, 2011)

ação, reaproveitamento de materiais e assim, gerando muito menos impactos ambientais (SANTOS, 2017).

APÊNDICE B – A VALE E A RESERVA DOS CARAJÁS.

Segundo apresentação contida no site da Vale (2018), a Floresta Nacional dos Carajás na cidade de Parauapebas, Estado do Pará, tem o minério de melhor qualidade do mundo, tendo teor de minério de ferro de 67%, em média. Possui uma área total de 4.119,5km², o equivalente a 3 vezes a área da cidade de Londres, na Inglaterra. É o maior complexo minerador a céu aberto no mundo. 3 % do total da reserva equivale à área de mineração, enquanto os outros 97% são de área preservada, além de estrutura de moradia e aeroporto próprio que servem tanto aos funcionários da empresa como ao público em geral.

O fluxo geral de extração e beneficiamento do minério de ferro extraído pela Vale em Carajás, no Pará, é descrito de forma detalhada em apresentação da empresa (VALE, 2018), sendo um processo que em uma visão macro, inicia-se pela extração do minério, segue para o processamento e posterior embarque pela Estrada de Ferro Carajás, em Parauapebas, com destino ao Maranhão, no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira em São Luís, sendo depositado em navios e seguir destino aos clientes no Brasil e no mundo. Detalhando-o agora por etapas, na extração o processo é feito através de escavadeiras e pás-carregadeiras que retiram a terra das bancadas com aproximadamente 15 metro de altura, sendo que em torno de 50% do material retirado é minério de ferro (o restante se configura como material estéril, assim denominado pela Vale) carregando-o em caminhões chamados de “fora-de-estrada”, que são os maiores em operação no Brasil. Estes caminhões possuem 8 metros de altura e têm capacidade individual de carregamento entre 240 e 400 toneladas.

Na primeira fase de beneficiamento, os caminhões descarregam nos britadores apenas os blocos de minérios para que estes possam ser reduzidos a partículas de até 20 milímetros. Neste processo chamado britagem, para que atinjam a referida especificação, o minério pode passar pelo britador até 3 vezes. Após ter sido efetivamente britado, será transportado através de correias com direção à usina de beneficiamento. Na usina de Carajás, há uma extensão em torno de 85 km de correias para transporte do minério

A próxima fase é o peneiramento do minério, onde inicia-se o processo de purificação, com a separação sendo feita em três tamanhos:

- Granulado: entre 0,6 e 5 cm de diâmetro, podendo com esta medida ser jogado diretamente nos altos fornos das usinas siderúrgicas.

- Sinter-feed: Com diâmetro ainda mais fino que os granulados, o minério no tamanho de sinter-feed pode ter até 0,6cm de diâmetro.
- Pellet-feed: o minério já em pó, que passa por processo de aglomeração para então ser transformado em pelotas.

Após o processo de peneiramento, o minério processado e separado é transportado por correias em pilhas que podem chegar a até 18 metros de altura e 50 metros de largura, sendo esta a última etapa do processo de beneficiamento. Estas pilhas de minério são movimentadas pela recuperadora-empilhadeira, que chega a ter até 35 metros de altura, e o levam até os reservatórios (silos) onde o minério é finalmente carregado nos vagões de carga, que passam embaixo destes silos para receber o minério, em uma operação que pode durar, em média, duas horas. O minério de ferro é então transportado de trem até o Estado do Maranhão, em um trecho de ferrovias de 892 km. Ao chegar no porto, os vagões são descarregados individualmente com um equipamento denominado “virador de vagão”, que tombam os vagões em 180 graus para lançar o minério de ferro em silos que transportam o material aos pátios de estocagem no porto, onde novas recuperadoras-empilhadeiras, semelhantes às utilizadas na mina, movimentam o minério e o coloca em esteiras com destino aos navios do tipo Valemax, os maiores do mundo, considerados os ideais para o carregamento de minério de ferro.